Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	30
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2023	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	48.067.937	
Preferenciais	29.787.362	
Total	77.855.299	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	13.347.730	12.309.404
1.01	Ativo Circulante	3.313.179	2.849.930
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	658.243	182.558
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	658.243	182.558
1.01.02	Aplicações Financeiras	92.344	86.900
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	92.344	86.900
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	92.344	86.900
1.01.03	Contas a Receber	1.775.752	1.712.853
1.01.03.01	Clientes	1.775.752	1.712.853
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.531.482	2.393.477
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-755.730	-680.624
1.01.06	Tributos a Recuperar	592.438	630.970
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	592.438	630.970
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	22.147	0
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	570.291	630.970
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	194.402	236.649
1.01.08.03	Outros	194.402	236.649
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	70.524	68.010
1.01.08.03.03	Outros créditos	105.400	116.595
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	18.478	7.658
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	0	30.022
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	14.364
1.02	Ativo Não Circulante	10.034.551	9.459.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.567.948	7.097.931
1.02.01.04	Contas a Receber	197.504	163.578
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	197.504	163.578
1.02.01.07	Tributos Diferidos	11.085	81.019
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	11.085	81.019
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.359.359	6.853.334
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	49.901	48.011
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	18.595	31.969
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	14.735	16.715
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	5.581.459	4.939.453
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	321.801	484.731
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	27.501	15.235
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.345.367	1.317.220
1.02.03	Imobilizado	72.715	67.342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.846	57.774
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	25.539	22.227
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	29.307	35.547
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.869	9.568
1.02.04	Intangível	2.393.888	2.294.201
1.02.04.01	Intangíveis	2.393.888	2.294.201
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.116.841	2.105.457
1.02.04.01.02	Software	276.943	188.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Exercício Anterior
Conta		30/06/2023	31/12/2022
1 00 01 01 0	A.:	404	101

1.02.04.01.03 Ativos contratuais 104 104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	13.347.730	12.309.404
2.01	Passivo Circulante	5.031.027	4.162.838
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.583	58.483
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	50.583	58.483
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	50.583	58.483
2.01.02	Fornecedores	1.336.102	1.374.767
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.336.102	1.374.767
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	1.324.289	1.137.221
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	11.813	17.132
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	0	220.414
2.01.03	Obrigações Fiscais	204.396	274.948
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.974	108.196
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	68.064
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	57.974	40.132
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	142.265	163.690
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	142.265	163.690
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.157	3.062
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	4.157	3.062
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.573.732	1.466.544
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	681.168	1.129.131
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	360.220	223.966
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	320.948	905.165
2.01.04.02	Debêntures	1.892.564	337.413
2.01.04.02.01	Debêntures	1.892.564	337.413
2.01.05	Outras Obrigações	865.138	988.096
2.01.05.02	Outros	865.138	988.096
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	416.843	429.790
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	24.527	191.983
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	85.954	72.499
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	876	1.044
2.01.05.02.10	Outras obrigações	219.740	207.665
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	99.963	75.156
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	6.190	9.959
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	11.045	0
2.01.06	Provisões	1.076	0
2.01.06.02	Outras Provisões	1.076	0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.076	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.220.877	4.189.664
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.397.378	3.192.568
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.528.961	1.766.389
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	688.461	712.228
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	840.500	1.054.161
2.02.01.02	Debêntures	1.868.417	1.426.179
2.02.01.02.01	Debêntures	1.868.417	1.426.179
2.02.02	Outras Obrigações	557.476	764.886
2.02.02.02	Outros	557.476	764.886

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	1.660	1.971
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	92.816	89.346
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	36.551	19.493
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	15.236	186.130
2.02.02.02.08	Outras obrigações	497	850
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	107.416	60.849
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	277.179	378.607
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	26.121	27.640
2.02.04	Provisões	266.023	232.210
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	266.023	232.210
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12	233
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	49.393	47.144
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	182.238	149.139
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	34.340	33.542
2.02.04.01.06	Provisões regulatórias	40	2.152
2.03	Patrimônio Líquido	4.095.826	3.956.902
2.03.01	Capital Social Realizado	1.282.347	1.085.347
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.282.347	1.085.347
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituidos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.329.721	2.526.721
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.047.562	1.047.562
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.233.314	1.430.314
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	148.732	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-23.645	-13.837
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-23.645	-13.837

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.142.706	4.371.713	2.110.259	4.143.094
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.724.647	-3.553.694	-1.685.227	-3.385.797
3.03	Resultado Bruto	418.059	818.019	425.032	757.297
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-109.712	-199.470	-59.961	-120.672
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.286	-6.650	-2.390	-4.293
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68.931	-118.635	-49.455	-89.456
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-52.172	-107.673	-26.720	-82.196
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.677	33.488	18.604	55.273
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	308.347	618.549	365.071	636.625
3.06	Resultado Financeiro	-202.712	-392.851	-121.439	-240.133
3.06.01	Receitas Financeiras	126.109	272.475	-13.208	225.762
3.06.02	Despesas Financeiras	-328.821	-665.326	-108.231	-465.895
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	105.635	225.698	243.632	396.492
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.020	-76.966	-45.578	-87.297
3.08.01	Corrente	-1.980	-1.980	3.553	-83.919
3.08.02	Diferido	-34.040	-74.986	-49.131	-3.378
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.615	148.732	198.054	309.195
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.615	148.732	198.054	309.195
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,89416	1,91036	2,54387	3,97141
3.99.01.02	PNA	0,94778	2,02498	2,6965	4,20969
3.99.01.03	PNB	0,98359	2,10139	2,79826	4,36855
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,89416	1,91036	2,54387	3,97141
3.99.02.02	PNA	0,94778	2,02498	2,6965	4,20969
3.99.02.03	PNB	0,98359	2,10139	2,79826	4,36855

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	lgual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	69.615	148.732	198.054	309.195
4.02	Outros Resultados Abrangentes	902	-9.808	-7.624	-22.161
4.02.01	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-2.927	-2.927	963	963
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	995	995	-328	-328
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	4.294	-11.934	-12.513	-34.539
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-1.460	4.058	4.254	11.743
4.03	Resultado Abrangente do Período	70.517	138.924	190.430	287.034

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reals IVII	')		
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	235.357	268.351
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	750.195	594.932
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	148.732	309.195
6.01.01.02	Marcação a mercado de dívida	-14.184	0
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros	96.051	72.504
0.0.10.100	créditos	33.33	. =100
6.01.01.04	Amortização e Depreciação	262.116	202.686
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	206.920	-21.740
6.01.01.06	Valor Residual de Intangível e Imobilizado	15	86
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	76.967	5.542
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros	33.229	14.163
6.01.01.09	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	195.121	134.520
6.01.01.10	Benefícios pós-emprego	4.842	4.097
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	11.622	9.692
6.01.01.13	Marcação a mercado ativo indenizável	-265.482	-194.966
6.01.01.17	Ativos e passivos financeiros setoriais	-5.754	59.153
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-310.917	141.588
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-204.498	-234.955
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-10.820	62.744
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	223.609	24.939
6.01.02.06	Outros passivos	11.723	111.640
6.01.02.07	Pis/Cofins a serem restituidos a consumidores	-114.375	24.866
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-1.890	534
6.01.02.09	Outros Ativos	8.681	56.587
6.01.02.10	Fornecedores	-38.666	-180.139
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	-7.900	-4.316
6.01.02.12	Outras obrigações Fiscais	-2.799	37.029
6.01.02.13	Taxas regulamentares	40.302	-14.500
6.01.02.16	Ativos Financeiros Setoriais	35.776	-43.754
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-90.211	76.971
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social a pagar	0	223.942
6.01.02.20	Passivos financeiros setoriais	-159.849	0
6.01.03	Outros	-203.921	-468.169
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-240.226
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-147.509	-128.152
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-37.226	-53.553
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-12.281	-40.441
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-2.438	-966
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-4.467	-4.831
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-762.494	-831.266
6.02.01	Aplicações no imobilizado e intangível	-770.424	-830.830
6.02.02	Cauções de depósitos	13.374	926
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-5.444	-1.362
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.002.822	545.795
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-1.681.366	-1.054.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.03.05	Pagamento parcelamento especial	0	-2.991
6.03.06	Captação de empréstimos e Financiamentos	2.990.976	1.636.177
6.03.07	Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	-132.654	-22.816
6.03.08	Pagamento de dividendos	-167.456	0
6.03.09	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-6.678	-10.575
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	475.685	-17.120
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.558	204.316
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	658.243	187.196

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	197.000	0	-197.000	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	197.000	0	-197.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.732	-9.808	138.924
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.732	0	148.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.808	-9.808
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11.934	-11.934
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.058	4.058
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.927	-2.927
5.05.02.06	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	995	995
5.07	Saldos Finais	1.282.347	358.671	2.329.721	148.732	-23.645	4.095.826

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.04	Transações de Capital com os Sócios	171.001	0	-266.001	0	0	-95.000
5.04.01	Aumentos de Capital	171.001	0	-171.001	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-95.000	0	0	-95.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	309.195	-22.161	287.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.195	0	309.195
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-22.161	-22.161
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-34.539	-34.539
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	11.743	11.743
5.05.02.06	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	963	963
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-328	-328
5.07	Saldos Finais	1.085.347	358.671	1.954.036	309.195	-28.410	3.678.839

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	5.861.871	6.277.199
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.166.515	5.470.379
7.01.02	Outras Receitas	34.169	55.558
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	757.238	823.766
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-96.051	-72.504
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.527.148	-3.409.063
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.436.210	-3.330.136
7.02.04	Outros	-90.938	-78.927
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-90.938	-78.927
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.334.723	2.868.136
7.04	Retenções	-262.117	-202.687
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-262.117	-202.687
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.072.606	2.665.449
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	117.851	225.685
7.06.02	Receitas Financeiras	117.851	225.685
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.190.457	2.891.134
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.190.457	2.891.134
7.08.01	Pessoal	119.776	104.818
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.330	68.122
7.08.01.02	Benefícios	19.828	14.602
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.685	2.973
7.08.01.04	Outros	20.933	19.121
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	6.001	5.473
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	4.370	4.126
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	10.562	9.522
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.412.520	2.000.065
7.08.02.01	Federais	640.300	913.635
7.08.02.02	Estaduais	767.871	1.081.516
7.08.02.03	Municipais	4.349	4.914
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	509.429	477.056
7.08.03.01	Juros	93.498	92.641
7.08.03.02	Aluguéis	9.748	11.238
7.08.03.03	Outras	406.183	373.177
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	406.183	373.177
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	148.732	309.195
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	148.732	309.195



33,1%

Fortaleza, 25 de julho de 2023 – A Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") anuncia os seus resultados do segundo trimestre ("2T23"). e do primeiro semestre ("1S23", "6M23").

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO								
	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	2.963.461	3.035.418	-2,4%	2.960.292	0,1%	5.923.753	6.294.145	-5,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.142.706	2.110.259	1,5%	2.229.007	-3,9%	4.371.713	4.143.094	5,5%
EBITDA (2) (R\$ mil)	433.617	471.719	-8,1%	431.175	0,6%	864.792	825.786	4,7%
Margem EBITDA (%)	20,24%	22,35%	-2,11 p.p	19,34%	0,90 p.p	19,78%	19,93%	-0,15 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	23,84%	27,90%	-4,06 p.p	24,01%	-0,17 p.p	23,93%	24,88%	-0,95 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	308.347	365.071	-15,5%	310.202	-0,6%	618.549	636.625	-2,8%
Margem EBIT (%)	14,39%	17,30%	-2,91 p.p	13,92%	0,47 p.p	14,15%	15,37%	-1,22 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	69.615	198.054	-64,9%	79.117	-12,0%	148.732	309.195	-51,9%
Margem Líquida	3,25%	9,39%	-6,14 p.p	3,55%	-0,30 p.p	3,40%	7,46%	-4,06 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	3,83%	11,71%	-7,88 p.p	4,41%	-0,58 p.p	4,11%	9,31%	-5,20 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.236	3.056	5,9%	3.092	4,7%	6.327	6.155	2,8%
CAPEX (R\$ mil)*	395.449	365.750	8,1%	490.658	-19,4%	886.107	720.606	23,0%
DEC (12 meses)*	9,42	10,82	-12,9%	9,56	-1,5%	9,42	10,82	-12,9%
FEC (12 meses)*	4,04	4,46	-9,4%	4,02	0,5%	4,04	4,46	-9,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,45%	97,35%	1,10 p.p	98,60%	-0,15 p.p	98,45%	97,35%	1,10 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,38%	16,58%	-0,20 p.p	16,32%	0,06 p.p	-	-	-

62,08

82,58

-0,2%

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,2 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	2T23	2T22	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	148.895	148.895	-
Linhas de Transmissão (Km)	5.605	5.459	2,7%
Subestações (Unid.)	126	121	4,1%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.770	12.689	0,6%
Marketshare no Brasil - No de Clientes (1)	4,82%	5,24%	-0,42 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,48%	2,52%	-0,04 p.p



⁽²⁾ Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



PMSO (4) / Consumidor*
(1) Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

⁽²⁾ EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

¹ Estimativa do número de Habitantes de Ceará de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

^{*} Dados prévios referente ao 2T23.

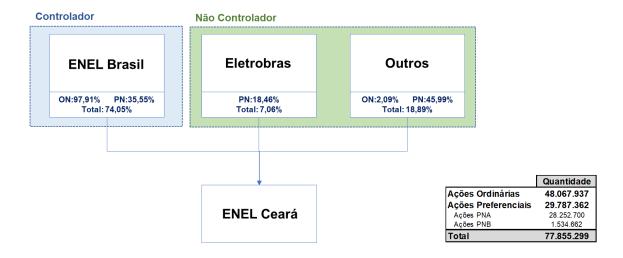
Comentário ido Desempenho3 e 6M23



PERFIL CORPORATIVO

Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de junho de 2023



DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Mercado Cativo	4.253.995	4.152.745	2,4%	4.177.889	1,8%	4.253.995	4.152.745	2,4%
Residencial - Convencional	2.187.177	2.437.666	-10,3%	2.293.250	-4,6%	2.187.177	2.437.666	-10,3%
Residencial - Baixa Renda	1.300.061	921.755	41,0%	1.110.989	17,0%	1.300.061	921.755	41,0%
Industrial	5.742	5.885	-2,4%	5.810	-1,2%	5.742	5.885	-2,4%
Comercial	182.341	180.191	1,2%	182.062	0,2%	182.341	180.191	1,2%
Rural	527.780	555.595	-5,0%	533.009	-1,0%	527.780	555.595	-5,0%
Setor Público	50.894	51.653	-1,5%	52.769	-3,6%	50.894	51.653	-1,5%
Clientes Livres	804	652	23,3%	757	6,2%	804	652	23,3%
Industrial	219	185	18,4%	227	-3,5%	219	185	18,4%
Comercial	555	453	22,5%	513	8,2%	555	453	22,5%
Rural	20	10	100,0%	11	81,8%	20	10	100,0%
Setor Público	10	4	>100,0%	6	66,7%	10	4	>100,0%
Revenda	2	2	-	2	-	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.254.801	4.153.399	2,4%	4.178.648	1,8%	4.254.801	4.153.399	2,4%

⁽¹⁾ Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

A Companhia encerrou 2T23 com um incremento de 2,4% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados no 2T22. O acréscimo observado no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial Baixa Renda.

Tal aumento é majoritariamente atribuído ao efeito da migração de clientes da classe Residencial Convencional pela implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Além deste efeito, o crescimento observado também reflete a inclusão de novos entrantes, e a recuperação de clientes irregulares que passaram a ser inseridos no faturamento.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 23,3% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e retomada das atividades pós-período restritivo da pandemia.

Comentário ido Desempenho3 e 6M23



Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.480	2.355	5,3%	2.410	2,9%	4.889	4.815	1,5%
Clientes Livres	738	695	6,2%	674	9,5%	1.412	1.328	6,3%
Revenda	3	3	-	3	-	6	6	-
Consumo Próprio	15	3	>100,0%	4	>100,0%	19	6	>100,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.236	3.056	5,9%	3.092	4,7%	6.327	6.155	2,8%

⁽¹⁾ Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Residencial - Convencional	913	924	-1,2%	904	1,0%	1.817	1.923	-5,5%
Residencial - Baixa Renda	433	282	53,5%	378	14,6%	812	541	50,1%
Industrial	110	128	-14,1%	109	0,9%	219	253	-13,4%
Comercial	366	377	-2,9%	355	3,1%	721	767	-6,0%
Rural	259	249	4,0%	287	-9,8%	546	542	0,7%
Setor Público	398	396	0,5%	376	5,9%	775	789	-1,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.480	2.355	5,3%	2.410	2,9%	4.889	4.815	1,5%

⁽¹⁾ Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

O mercado cativo totalizou 2.480 GWh no 2T23, aumento de 5,3% do volume registrado no 2T22 (2.355 GWh), reflexo das condições climáticas adversas registradas no ano de 2022 que distorceu a análise. Cabe ressaltar que o crescimento se deu mesmo em um cenário de aumento significativo das instalações de painéis solares na região. No acumulado do 6M23 o incremento foi de 1,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, também justificado pelas condições climáticas atípicas em 2022.

A classe Residencial Baixa Renda apresentou no 2T23 uma alta de 53,5% se comparado ao mesmo período de 2022. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 1,2% vis-à-vis 2T22, em ambos é explicado pelo reflexo da migração entre classes abordada acima e pela intensificação do cadastramento dos consumidores baixa renda. No 6M23 o efeito foi bem parecido, houve um crescimento de 50.1% vis-à-vis o 6M22 devido aos fatores já mencionados.

A classe industrial apresentou redução de 14,1% no 2T23 em comparação ao 2T22, explicado por uma deterioração econômica ocasionada pelas altas taxas de juros, além da migração destes clientes para o mercado livre. Já no 6M23 houve uma queda de 13,4% vis-à-vis o 6M22 devido aos fatores já mencionados.

Na classe comercial, o 2T23 apresentou uma redução de 2,9% comparado ao mesmo período em 2022, decorrente da migração desses clientes para o mercado livre e restrição ao crédito. Já no 6M23 a queda foi ainda maior atingindo -6% quando comparado ao 6M22.

Já a classe Rural registrou um aumento de 4,0% no 2T23 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, atribuído parcialmente a redução no volume de chuvas em comparação ao ano anterior. No acumulado dos seis meses de 2023 houve uma ligeira alta de 0,7% frente o 6M22.

Clientes Livres

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Industrial	484	473	2,3%	433	11,8%	917	890	3,0%
Comercial	221	191	15,7%	210	5,2%	431	377	14,3%
Rural	6	4	50,0%	5	20,0%	11	9	22,2%
Setor Público	27	26	3,8%	27	-	54	52	3,8%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	738	695	6,2%	674	9,5%	1.412	1.328	6,3%

⁽¹⁾ Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

O aumento no volume de energia aos clientes livres é atribuído, principalmente, à migração de clientes cativos comerciais e industriais para este mercado.

Comentário idos Desempenho3 e 6M23



Compra de Energia²

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	671	671	-	663	1,2%	1.334	1.334	-
Angra 1 e 2	103	102	1,0%	102	1,0%	205	202	1,5%
PROINFA	55	56	-1,8%	54	1,9%	109	108	0,9%
Leilões e Quotas	2.152	2.703	-20,4%	2.179	-1,2%	4.331	5.397	-19,8%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.184	3.174	0,3%	3.207	-0,7%	6.391	6.336	0,9%
Liquidação na CCEE	(20)	(213)	-90,6%	(105)	-81,0%	(125)	(294)	-57,5%
Total - Compra de Energia	3.164	2.961	6,9%	3.102	2,0%	6.266	6.042	3,7%

⁽¹⁾ Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

Balanço de Energia²

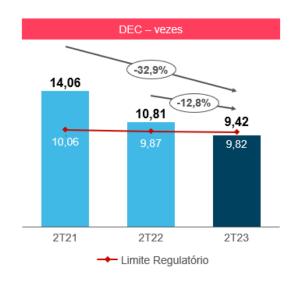
BALANCO DE ENERGIA*

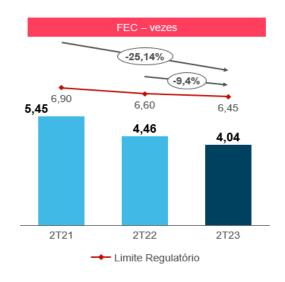
	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	4.002	3.676	8,9%	3.899	2,6%	7.901	7.411	6,6%
Energia distribuída (GWh)	3.374	3.110	8,5%	3.227	4,6%	6.601	6.260	5,4%
Mercado Cativo	2.633	2.412	9,2%	2.549	3,3%	5.183	4.952	4,7%
Mercado Livre	741	698	6,2%	677	9,5%	1.419	1.309	8,4%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	627	565	11,0%	672	-6,7%	1.299	1.150	13,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	15,68%	15,38%	0,30 p.p	17,24%	-1,56 p.p	16,45%	15,52%	0,93 p.p

⁽¹⁾ Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento³





Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No 2T23 o DEC apresentou uma queda de 12,8% em relação ao 2T22, ficando novamente abaixo do limite regulatório que é de 9,82 confirmando a trajetória de queda registrada nos últimos anos. Já o FEC do 2T23 apresentou uma redução de 8,5% em relação ao 2T22.

As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (self healing) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite.

² Dados prévios referente ao 2T23.

³ Dados prévios referente ao 2T23

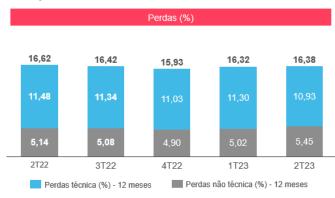
⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Comentário ido Desempenho3 e 6M23



Os indicadores de Qualidade do Serviço permanecem em curva de melhoria, no DEC e no FEC percebe-se uma redução no acumulado do 6M23. É importante pontuar que o período de chuva no estado do Ceará foi acima da média, assim como as rajadas de vento e descargas atmosféricas. A parcela de DEC/FEC por intervenções programadas na rede representou 10% dos indicadores trimestrais, evidenciando a constante busca em melhoria da rede de distribuição. Adicionalmente fizemos um forte trabalho na redução dos atendimentos improdutivos com foco na melhoria da eficiência no atendimento emergencial.

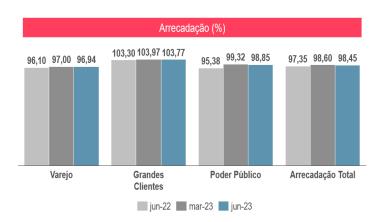
Disciplina de Mercado – Perdas (3) (4)



As perdas de energia TAM — Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) atingiu 16,38% no 2T23, uma melhora de 0,25 p.p. em relação às perdas registradas em 2T22, de 16,62%. Quando comparado ao 1T23, observa-se uma ligeira alta em decorrência da mudança nas perdas reconhecidas com efeito a partir da revisão tarifária que aconteceu em abril/23. Basicamente o efeito reduziu o reconhecimento em perdas técnicas e aumentou em perdas não técnicas.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantêm suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, na recuperação de clientes cortados/autoreligados e sem contrato ativo irregulares (operações do ciclo comercial), mapeamento e conexão consumidores clandestinos. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 98 GWh de energia Follow UP e de 69 GWh de consumo não faturado, no ano 2023.

Arrecadação³



estamos obtendo êxito em reduzir as dívidas mais antigas.

Em relação ao indicador de arrecadação, houve uma melhora generalizada se comparado ao mesmo período do ano anterior, essa evolução é atribuída as atuações que a Companhia vem realizando em B2C e B2B e ações administrativas de corte.

A companhia tem realizado com êxito atividades de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto. Adicionalmente, também

PÁGINA: 17 de 106

³ Dados prévios referente ao 2T23



DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Fornacimento de Energio Elétrico	2.006.179	2.090.450		1.942.598	3,3%	3.948.777	4.220.716	
Fornecimento de Energia Elétrica			-4,0%		,			-6,4%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(14.154)	(8.207)	72,5%	(12.995)	8,9%	(27.149)	(19.122)	42,0%
Subvenção baixa renda	100.743	68.361	47,4%	91.442	10,2%	192.185	120.799	59,1%
Subvenção de recursos da CDE	34.701	53.291	-34,9%	70.198	-50,6%	104.899	114.977	-8,8%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.127.469	2.203.895	-3,5%	2.091.243	1,7%	4.218.712	4.437.370	-4,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	177.983	117.386	51,6%	142.820	24,6%	320.803	499.246	-35,7%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	127.902	119.442	7,1%	122.242	4,6%	250.144	219.457	14,0%
Receita de construção	323.919	419.582	-22,8%	433.319	-25,2%	757.238	823.766	-8,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	8.462	21.708	-61,0%	8.629	-1,9%	17.091	36.558	-53,2%
Marcação a mercado de ativo indenizável	149.932	111.847	34,1%	115.550	29,8%	265.482	194.966	36,2%
Outras receitas	47.794	41.558	15,0%	46.489	2,8%	94.283	82.782	13,9%
Total - Receita Operacional Bruta	2.963.461	3.035.418	-2,4%	2.960.292	0,1%	5.923.753	6.294.145	-5,9%
ICMS	(396.405)	(533.477)	-25,7%	(371.466)	6,7%	(767.871)	(1.081.486)	-29,0%
COFINS - corrente	(181.135)	(152.669)	18,6%	(158.097)	14,6%	(339.232)	(325.245)	4,3%
PIS - corrente	(39.325)	(33.145)	18,6%	(34.324)	14,6%	(73.649)	(70.612)	4,3%
ISS	(1.689)	(1.633)	3,4%	(1.685)	0,2%	(3.374)	(3.388)	-0,4%
Total - Tributos	(618.554)	(720.924)	-14,2%	(565.572)	9,4%	(1.184.126)	(1.480.731)	-20,0%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(16.446)	(15.530)	5,9%	(16.566)	-0,7%	(33.012)	(30.743)	7,4%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(183.566)	(141.442)	29,8%	(146.766)	25,1%	(330.332)	(285.198)	15,8%
Encargos do consumidor - CCRBT	434	(44.573)	<-100,0%	310	40,0%	744	(349.430)	<-100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.623)	(2.690)	-2,5%	(2.691)	-2,5%	(5.314)	(4.949)	7,4%
Total - Encargos Setoriais	(202.201)	(204.235)	-1,0%	(165.713)	22,0%	(367.914)	(670.320)	-45,1%
Total - Deduções da Receita	(820.755)	(925.159)	-11,3%	(731.285)	12,2%	(1.552.040)	(2.151.051)	-27,8%
Total - Receita Operacional Líquida	2.142.706	2.110.259	1,5%	2.229.007	-3,9%	4.371.713	4.143.094	5,5%
(4) \/arias = antra 2722 a 4722. (2) \/arias = antra CM22 a CM22								

(1) Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 1,5% no 2T23 em relação ao 2T22. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 2T23, atingiu o montante de R\$ 1.818,8 milhões, alta de R\$ 128,1 milhões em relação ao 2T22, cujo montante foi de R\$ 1.690,7 milhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 38,1 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo do aumento da base de ativos em função da revisão tarifária realizada recentemente;
- Aumento de R\$ 8,5 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo nesta classe;
- Aumento dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 60,6 milhões, como resultado de maior constituição de ativo regulatório no período em razão do reajuste tarifário, onde houve o aumento da amortização relacionada aos encargos setoriais;
- Redução de R\$ 45,0 milhões na rubrica Conta de Encargos do consumidor CCRBT relacionada com as bandeiras tarifárias. No 1T22 prevaleceu a bandeira de escassez hídrica;
- Redução de R\$ 102,4 milhões no total de tributos no 2T23 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 137,1 milhões);

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 84,3 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 2T22. Apesar do aumento no número de unidades consumidoras faturadas e um maior consumo em MWh, a receita com fornecimento de energia no 2T23 apresentou uma queda de 4,0% vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, em decorrência do reajuste tarifário de abril 2022 que totalizou 24,85% e por uma piora do mix da classe residencial, que vem aumentando a quantidade de usuários da classe baixa renda cujas margens são menores.
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente MVE num montante de R\$ 13,2 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;

PÁGINA: 18 de 106

Comentário idos Desempenho3 e 6M23



 Aumento de R\$ 42,1 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, aumento das cotas de empréstimos em encargos setoriais.

No acumulado do 6M23, a receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 5,5% em relação ao 6M22. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 6M23, atingiu o montante de R\$ 3.614,5 milhões, alta de R\$ 295,1 milhões em relação ao 6M22, cujo montante foi de R\$ 3.319,3 milhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 70,5 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo do aumento da base de ativos em função da revisão tarifária realizada recentemente;
- Aumento de R\$ 30,7 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo nesta classe;
- Redução de R\$ 350,2 milhões na rubrica Conta de Encargos do consumidor CCRBT relacionada com as bandeiras tarifárias. No 1T22 prevaleceu a bandeira de escassez hídrica;
- Redução de R\$ 296,6 milhões no total de tributos no 6M23 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 313,6 milhões);

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 271,9 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 2T22. A receita com fornecimento de energia no 6M23 apresentou uma queda de 6,4% vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, em decorrência do efeito do reajuste tarifário de abril 2022 que totalizou 24,85%, dos efeitos da bandeira de escassez hídrica que se manteve vigente ao longo do 1T22 e da menor arrecadação em relação ao ano passado em função da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022
- Redução de R\$ 178,4 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente MVE num montante de R\$ 19,5 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Crescimento de R\$ 45,1 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético CDE, devido ao aumento das cotas de empréstimos em encargos setoriais.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVICO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	(847.542)	(800.637)	5,9%	(820.737)	3,3%	(1.668.279)	(1.624.471)	2,7%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(205.403)	(148.121)	38,7%	(207.984)	-1,2%	(413.387)	(353.263)	17,0%
Total - Não gerenciáveis	(1.052.945)	(948.758)	11,0%	(1.028.721)	2,4%	(2.081.666)	(1.977.734)	5,3%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(51.739)	(42.786)	20,9%	(41.412)	24,9%	(93.151)	(87.098)	6,9%
Material e Serviços de Terceiros	(205.714)	(181.864)	13,1%	(205.609)	0,1%	(411.323)	(343.276)	19,8%
Depreciação e Amortização	(125.270)	(106.648)	17,5%	(120.973)	3,6%	(246.243)	(189.161)	30,2%
Custo na desativação de bens	2.350	(86)	<-100,0%	(7.397)	<-100,0%	(5.047)	768	<-100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(45.982)	(35.731)	28,7%	(50.069)	-8,2%	(96.051)	(72.504)	32,5%
Custo de Construção	(323.919)	(419.582)	-22,8%	(433.319)	-25,2%	(757.238)	(823.766)	-8,1%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(24.651)	(14.372)	71,5%	(8.578)	>100,0%	(33.229)	(14.163)	>100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(6.190)	9.011	<-100,0%	(5.432)	14,0%	(11.622)	(9.692)	19,9%
Receita de multas por impontualidade de clientes	16.159	17.071	-5,3%	16.753	-3,5%	32.912	51.731	-36,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(16.458)	(21.443)	-23,2%	(34.048)	-51,7%	(50.506)	(41.574)	21,5%
Total - Gerenciáveis	(781.414)	(796.430)	-1,9%	(890.084)	-12,2%	(1.671.498)	(1.528.735)	9,3%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.834.359)	(1.745.188)	5,1%	(1.918.805)	-4,4%	(3.753.164)	(3.506.469)	7,0%

(1) Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

Os custos e despesas operacionais no 2T23 em relação ao 2T22 apresentaram uma alta de R\$ 89,2 milhões, ou aumento de 5,1%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da

Comentário idos Desempenho3 e 6M23



Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1.510,4 milhões, alta de 9,5% ou R\$ 184,8 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 1.325,6 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis, de R\$ 104,2 milhões, no 2T23. Esse crescimento, de 11,0%, está associado ao aumento nas seguintes rubricas (i) Energia elétrica comprada para revenda, em um montante de R\$ 46,9 milhões, e (ii) Encargos do uso do sistema de transmissão no valor R\$ 57,3 milhões.
- Por outro lado, as despesas gerenciáveis apresentaram uma queda de R\$ 15,0 milhões no trimestre (excluindo o efeito do custo de construção o efeito seria o inverso, um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 80,6 milhões). Esse aumento é explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 9,0 milhões na linha de Pessoal em função do pagamento de PLR aos colaboradores da Companhia; (ii) aumento de R\$ 23,9 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros; (iii) aumento de R\$ 10,3 milhões na linha de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa no trimestre; (iv) Aumento de R\$ 18,2 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; e (iv) Aumento de R\$ 10,3 milhões na linha de provisões. Compensado parcialmente por uma redução de R\$15,1 milhões na perda de recebíveis dos clientes e uma redução de R\$ 5milhões em outras despesas operacionais.

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram uma alta de R\$ 246,7 milhões, ou aumento de 7,0% em comparação ao 6M22. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no semestre alcançaram o montante de R\$ 2.995,9 milhões, alta de 11,7% ou R\$ 313,2 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 2.682,7 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis, de R\$ 103,9 milhões no 6M23 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento, de 5,3%, está relacionado ao aumento nas seguintes rubricas (i) Energia elétrica comprada para revenda, em um montante de R\$ 43,8 milhões, e (ii) Encargos do uso do sistema de transmissão no valor R\$ 60,1 milhões, devido ao aumento de cerca de 20% nas tarifas de Rede Básica e do aumento do Montante Contratado em cerca de 20%.
- No 6M23 as despesas gerenciáveis também apresentaram um aumento, o montante foi de R\$ 142,8 milhões (excluindo o efeito do custo de construção, o aumento nos custos e despesas gerenciáveis é de R\$ 209,3 milhões). Esse incremento é explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 68,0 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros; (ii) aumento de R\$ 23,5 milhões na linha de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa no trimestre; (iii) Aumento de R\$ 57,1 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; e (iv) Aumento de R\$ 19,1 milhões na linha de provisões.

EBITDA









O EBITDA da Enel Ceará no 2T23 atingiu o montante de R\$ 433,6 milhões, o que representa uma queda de R\$ 38,1 milhões em relação ao 2T22. A margem EBITDA da Companhia no 2T23 foi de 20,24%, uma queda de 2,11 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia trimestre foi de 23,84%, o que representa uma queda de 4,06 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, o EBITDA da Enel Ceará no acumulado do 6M23 atingiu o montante de R\$ 864,8 milhões, o que representa um incremento de R\$ 39,0 milhões em relação ao 6M22. A margem EBITDA da Companhia no 6M23 foi de 19,78%, uma ligeira queda de 0,15 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA exreceita de construção da Companhia no semestre foi de 23,93%, representa uma queda de 0,95 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de aplicação financeira	6.455	5.602	15,2%	12.974	-50,2%	19.429	10.513	84,8%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	16.479	21.027	-21,6%	17.295	-4,7%	33.774	22.268	51,7%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(2.245)	59.803	<-100,0%	43.288	<-100,0%	41.043	98.965	-58,5%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	1.191	996	19,6%	8.038	-85,2%	9.229	996	>100,0%
Dívida - Marcação a mercado	7.289	-	-	6.895	5,7%	14.184	-	
Outras receitas financeiras	1.705	2.301	-25,9%	3.155	-46,0%	4.860	8.706	-44,2%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.115)	(4.357)	-74,4%	(3.553)	-68,6%	(4.668)	(6.653)	-29,8%
Total - Receitas Financeiras	29.759	85.372	-65,1%	88.092	-66,2%	117.851	134.795	-12,6%
Despesas financeiras								
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	(22.729)	(37.956)	-40,1%	(38.650)	-41,2%	(61.379)	(64.766)	-5,2%
Encargos de Dívidas e debêntures	(111.048)	(68.124)	63,0%	(99.449)	11,7%	(210.497)	(130.430)	61,4%
Marcação a mercado de Dívida	(7.520)	-	-	(5.647)	33,2%	(13.167)	-	-
Encargos fundo de pensão	(2.138)	(1.896)	12,8%	(2.138)	-	(4.276)	(3.792)	12,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(5.810)	(8.213)	-29,3%	(40.987)	-85,8%	(46.797)	(39.812)	17,5%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista	(25.606)	(14.656)	74,7%	(13.280)	92,8%	(38.886)	(19.873)	95,7%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(43.879)	(65.217)	-32,7%	(51.795)	-15,3%	(95.674)	(92.392)	3,6%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(2.547)	(2.223)	14,6%	(8.609)	-70,4%	(11.156)	(4.070)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(12.232)	(11.231)	8,9%	(17.651)	-30,7%	(29.883)	(22.678)	31,8%
Total - Despesas Financeiras	(233.509)	(209.516)	11,5%	(278.206)	-16,1%	(511.715)	(377.813)	35,4%
Variações Cambiais	1.039	2.705	-61,6%	(25)	<-100,0%	1.014	2.885	-64,9%
Variações cambiais - Empréstimos	80.904	(119.429)	<-100,0%	28.180	>100,0%	109.084	71.987	51,5%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(79.601)	118.029	<-100,0%	(29.074)	>100,0%	(108.675)	(71.049)	53,0%
Outras Variações Cambiais	(264)	4.105	<-100,0%	869	<-100,0%	605	1.947	-68,9%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(202.711)	(121.439)	66,9%	(190.139)	6,6%	(392.850)	(240.133)	63,6%

(1) Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 2T23 com uma despesa líquida de R\$ 202,7 milhões, representando um aumento de R\$ 81,2 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 59,6 milhões referente as rubricas de variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais;
- Aumento de R\$ 10,9 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Aumento de despesa líquida no montante de R\$ 4,7 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida marcação a mercado, variações cambiais empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 2T23 comparado ao 2T22, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados.

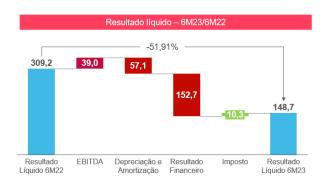
No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 392,9 milhões, montante 63,3% superior ao valor registrado no 6M22 (R\$ 240,1 milhões), em decorrência, principalmente, de aumento de despesa líquida no montante de R\$ 72,9 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI no 6M23 comparado ao 6M22, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados.

Comentário ido Desempenho3 e 6M23



Resultado Líquido





O resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 69,6 milhões no 2T23, representando uma retração de R\$ 128,4 milhões em relação ao 2T22, explicado principalmente por (i) queda do EBITDA, (ii) aumento na despesa financeira, e (iii) crescimento da linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária.

No acumulado do ano, o resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 148,7 milhões, representando uma retração de R\$ 160,5 milhões em relação ao 6M22, explicado principalmente por (i) aumento na despesa financeira, e (ii) crescimento da linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	6.136.979	4.231.542	45,0%	5.089.543	20,6%	6.136.979	4.231.542	45,0%
Dívida com Terceiros	5.320.353	3.626.720	46,7%	4.207.076	26,5%	5.320.353	3.626.720	46,7%
Dívida Intercompany	816.626	604.822	35,0%	882.467	-7,5%	816.626	604.822	35,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	750.587	269.206	>100,0%	170.667	>100,0%	750.587	269.206	>100,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.386.392	3.962.336	35,9%	4.918.876	9,5%	5.386.392	3.962.336	35,9%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (2)*	3,34	2,41	38,7%	2,77	20,7%	3,34	2,41	38,7%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (2)*	2,93	2,26	30,0%	2,68	9,6%	2,93	2,26	30,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,60	0,53	12,1%	0,56	7,4%	0,60	0,53	12,1%
<u>Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)</u>	0,57	0,52	9,5%	0,55	3,3%	0,57	0,52	9,5%
(1) Variação entre 2T23 e 1T23								

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 2T23 em R\$ 6.137 milhões, um incremento de R\$ 1.905 milhões em relação ao 2T22. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 3.885 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 613 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 2.092 milhões e R\$ 497 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período o ajuste de marcação à mercado ativo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 4 milhões.

A Companhia encerrou o 2T23 com o custo médio da dívida no período de 14,53% a.a.

Colchão de Liquidez

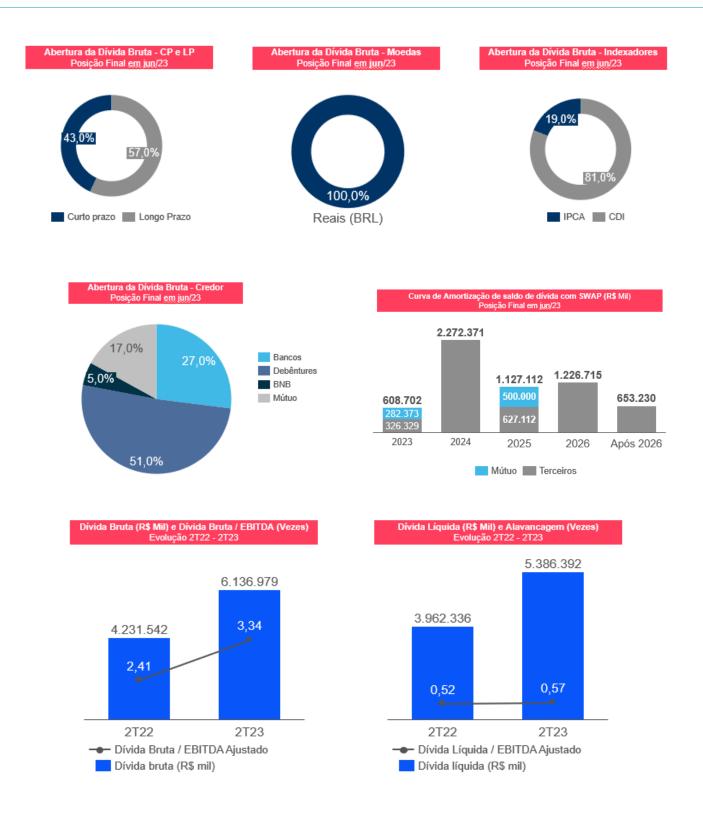
Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de junho de 2023, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.







Comentário idos Desempenho3 e 6M23



Investimentos4

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T23	2T22	Var. %	1T23	Var. % (1)	6M23	6M22	Var. % (2)
Novas Conexões	254.186	187.289	35,7%	318.680	-20,2%	572.867	385.760	48,5%
Rede	60.619	83.409	-27,3%	92.476	-34,4%	153.095	163.560	-6,4%
Combate às Perdas	28.216	18.484	52,7%	33.563	-15,9%	61.779	34.306	80,1%
Qualidade do Sistema Elétrico	26.113	43.384	-39,8%	51.099	-48,9%	77.212	76.240	1,3%
Adequação à carga	6.290	21.540	-70,8%	7.814	-19,5%	14.104	53.014	-73,4%
Outros	80.643	95.052	-15,2%	79.502	1,4%	160.145	171.286	-6,5%
Total Investido	395.449	365.750	8,1%	490.658	-19,4%	886.107	720.606	23,0%
Aportes / Subsídios	-	-	-	-	-	-	(13.367)	-100,0%
Investimento Líquido	395.449	365.750	8,1%	490.658	-19,4%	886.107	707.239	25,3%

⁽¹⁾ Variação entre 2T23 e 1T23; (2) Variação entre 6M23 e 6M22

No 2T23, a Companhia investiu R\$ 395,5 milhões, dos quais: (i) R\$60,6 milhões em qualidade do sistema elétrico, adequação da carga e atividades de combate a perdas, que representou uma queda de 27,3% frente ao mesmo período do ano anterior, relacionada ao processo de revisão tarifária ocorrido em abril de 2023, onde o nível de investimento atinge patamares mais elevados no ano que antecede a revisão, aumentando a base de comparação no período seguinte. Por outro lado, houve um incremento de 35,7% nos investimentos em novas conexões, totalizando R\$254,2 milhões. No acumulado do ano, o incremento total foi de 23,0%, sendo puxado pelos investimentos em novas redes que subiu 48,5% frente o 6M22. Já a linha de rede caiu 6,4% capturando parcialmente o efeito da revisão tarifária comentada logo acima.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na Enel

A Enel no Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Em 2015, a companhia assumiu um compromisso público, perante a ONU, de apoio à Agenda 2030, um plano de ação global para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, que deve ser cumprido até o ano de 2030. Essa agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS. Além do alinhamento das nossas iniciativas em toda Agenda 2030, o Grupo Enel assumiu formalmente metas em relação a quatro deles: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A integração dos compromissos públicos assumidos com os ODS, somados à agenda ASG é garantida por processos estruturados em todo o Grupo, que contam, em todas as suas etapas, com o respeito aos direitos humanos para a busca pelo crescimento sustentável. Além disso, a adoção dos indicadores ASG em toda a cadeia de valor não se dá apenas para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar as decisões e orientar as suas ações.

A partir da estratégia ASG, deriva o Plano de Sustentabilidade da companhia, revisto anualmente, traduzido em indicadores sociais, ambientais e de governança, de acordo com padrões internacionais e com base nos temas materiais identificados no engajamento com os stakeholders e os diversos compromissos que assumimos. O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, que foi reavaliado a partir do processo anual de materialidade, abrange o ciclo 2023-2025 e estabelece objetivos ASG específicos em 4 grandes temas: Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos (incluindo aqui as questões de Saúde e Segurança e Governança) com ações que abrangem todas as empresas do Grupo no Brasil e ações regionalizadas. O Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Ceará, em 2023, conta com 73 ações desdobradas em metas ambientais, metas sociais e ações para garantir ou aumentar a governança. Até o 2º trimestre de 2023, foi registrado o avanço geral de 63% em relação ao total de ações planejadas para o ano, sendo que destas, as ações voltadas para a temática ambiental tiveram uma evolução de 68%, as ações com foco na temática social tiveram 63% de avanço e as ações voltadas para fortalecer a governança tiveram um avanço de 55%, no mesmo período.

As linhas de negócio do Grupo seguem uma estratégia de relacionamento com todas as partes interessadas,

⁴ Dados prévios referente ao 2T23

ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2023 - CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE

Divulgação de Resultados

Comentário ido Desempenho3 e 6M23



com o objetivo de gerar valor compartilhado. Com foco no atendimento às regiões e comunidades onde a Enel está inserida, especialmente as localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, educação para o consumo consciente de energia, geração de renda e empregabilidade, cidadania e economia circular.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Ao aliar o programa Enel Compartilha à sua estratégia de negócio e aos ODS da ONU, a Enel reforça o compromisso do Grupo com a Agenda ASG e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável. No segundo trimestre de 2023, foram beneficiadas 209.757 pessoas pelos projetos da Enel Distribuição Ceará, destacando-se:

Ecoenel - ODS 07

Em junho, a Enel Distribuição Ceará inaugurou, no Centro de Apoio ao Turismo do Cumbuco, em Caucaia, um ecoponto do programa Ecoenel, que troca resíduos recicláveis por desconto na conta de energia dos clientes. O ecoponto tem parceria com a Ultralimpo, a Prefeitura Municipal de Caucaia e com o Instituto de Meio Ambiente de Caucaia. O ponto de coleta funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, e é localizado Avenida dos Coqueiros, 2273, Praia do Cumbuco.

Enel Compartilha Cultura - ODS 04

O projeto Laboratório Cidades Criativas: programa de design urbano e ocupação cultural, prevê a realização de intervenção urbana na cidade de Fortaleza, com pinturas e mobiliários urbanos. As ações do projeto serão desenvolvidas de forma gratuita e abertas ao público, contemplando o Beco Céu na Favela do Inferninho beneficiando a juventude de alta vulnerabilidade e/ou baixo IDH, garantindo assim, ampla acessibilidade à população. Foram confeccionados e implementados os mobiliários e murais desenvolvidos com os artistas e apresentados no Festival em uma exposição interativa com TVs e óculos de realidade virtual.

Enel Compartilha Liderança em Rede - ODS 17

O projeto, que atua com lideranças comunitárias em 35 municípios do Ceará, realizou no mês de junho a segunda prova da gincana com o tema: segurança da população no período de férias e nos festejos juninos. Na oportunidade, as lideranças comunitárias receberam uma capacitação sobre a temática de modo virtual, onde foram convidados a compartilhar esse mesmo material em até cinco escolas à sua escolha. O objetivo é que as informações cheguem ao maior número possível de pessoas. Como resultado obtivemos: aproximadamente 3 mil beneficiados em 14 municípios, a partir, da multiplicação realizada por 14 equipes atuantes na gincana em 35 escolas, totalizando 37 palestras.

Indicadores ASG - Enel Ceará

Indicadores

	2T23	2T22
Colaboradores próprios (unit)	1.540	1.093
Colaboradores terceirizados (unit)	9.888	10.498
% de mulheres na Empresa	0,0%	26,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	0,0%	21,2%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	2,74	15,38
Taxa de Rotatividade (2)*	0,0%	3,1%
Número de membros no conselho (unit)	8	8
Número de membros independentes no conselho (unit)	2	1
% de mulheres no conselho	0,0%	12,5%
Beneficiados pelos projetos sociais	298.459	235.469
Resíduos perigosos enviados para recuperação	99%	0%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	83%	0%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	11	-
Realização de ECoS Ambiental (4)*	1	-

- (1) Lideres: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários
- (3) Meta 2023 9; (4) Meta 2023 1



ASPECTOS REGULATÓRIOS

Revisão Tarifária Periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2023, Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia negativo de -0,46% composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,21%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,81%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica.

- Ademais, foi homologado o Fator X de -0,30%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,296%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0%.

Comentário ido Desempenho3 e 6M23



Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu complemento positivo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 107.619, impactando a linha de marcação a mercado do ativo indenizável, na receita operacional bruta.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

A revisão tarifária média de +3,06% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e ficou assim até o final de 2022.

De janeiro a junho de 2023, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:







PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Comentário idos Desempenho3 e 6M23



ANEXO 1

DRE (R\$ MIL)

	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.963.461	3.035.418	-2,4%	5.923.753	6.294.145	-5,9%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.127.469	2.203.895	-3,5%	4.218.712	4.437.370	-4,9%
CVA	177.983	117.386	51,6%	320.803	499.246	-35,7%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	127.902	119.442	7,1%	250.144	219.457	14,0%
Receita de Construção	323.919	419.582	-22,8%	757.238	823.766	-8,1%
Outras Receitas	206.188	175.113	17,7%	376.856	314.306	19,9%
Deduções da Receita Operacional	(820.755)	(925.159)	-11,3%	(1.552.040)	(2.151.051)	-27,8%
Receita Operacional Líquida	2.142.706	2.110.259	1,5%	4.371.713	4.143.094	5,5%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.052.945)	(948.758)	11,0%	(2.081.666)	(1.977.734)	5,3%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(847.542)	(800.637)	5,9%	(1.668.279)	(1.624.471)	2,7%
Encargos de conexão e uso da rede	(205.403)	(148.121)	38,7%	(413.387)	(353.263)	17,0%
Custo/Despesa Operacional	(781.414)	(796.430)	-1,9%	(1.671.498)	(1.528.735)	9,3%
Pessoal	(51.739)	(42.786)	20,9%	(93.151)	(87.098)	6,9%
Material e Serviços de terceiros	(205.714)	(181.864)	13,1%	(411.323)	(343.276)	19,8%
Depreciação e amortização	(125.270)	(106.648)	17,5%	(246.243)	(189.161)	30,2%
Provisões	(70.633)	(50.103)	41,0%	(129.280)	(86.667)	49,2%
Custo de construção	(323.919)	(419.582)	-22,8%	(757.238)	(823.766)	-8,1%
Outros	12.319	25.996	-52,6%	16.243	42.807	-62,1%
Outras receitas/despesas operacionais	(16.458)	(21.443)	-23,2%	(50.506)	(41.574)	21,5%
EBITDA	433.617	471.719	-8,1%	864.792	825.786	4,7%
EBIT	308.347	365.071	-15,5%	618.549	636.625	-2,8%
EDII	300.347	303.071	-13,3%	010.549	030.023	-2,0%
Resultado Financeiro	(202.712)	(121.439)	66,9%	(392.851)	(240.133)	63,6%
Receita Financeira	29.759	85.372	-65,1%	117.851	134.795	-12,6%
Despesa Financeira	(221.475)	(209.516)	5,7%	(499.681)	(377.813)	32,3%
Variações Cambiais	(10.996)	2.705	<-100,0%	(11.021)	2.885	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	105.635	243.632	-56,6%	225.698	396.492	-43,1%
IR/CS	(36.020)	(45.578)	-21,0%	(76.966)	(87.297)	-11,8%
					,	•
Lucro/Prejuízo Líquido	69.615	198.054	-64,9%	148.732	309.195	-51,9%

Companhia Energética do Ceará - Coelce Enel Distribuição Ceará

CNPJ: 07.047.251/0001-70

Formulário de Informações trimestrais em 30 de junho de 2023 Com relatório dos auditores independentes



BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	30.06.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	658.243	182.558
Títulos e valores mobiliários	6	92.344	86.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.775.752	1.712.853
Ativo financeiro setorial	10	-	30.022
Créditos a receber - subvenção e outros	8	18.478	7.658
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9.1	22.147	-
Outros tributos compensáveis	9.2	570.291	630.970
Serviços em curso		70.524	68.010
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	14.364
Outros créditos		105.400	116.595
Total do ativo circulante		3.313.179	2.849.930
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	197.504	163.578
Depósitos vinculados	23	49.901	48.011
Cauções e depósitos	12	18.595	31.969
Outros tributos compensáveis	9.2	321.801	484.731
Instrumentos financeiros derivativos	31	27.501	15.235
Tributos diferidos	29	11.085	81.019
Benefício fiscal	11	14.735	16.715
Ativo financeiro indenizável (concessão)	13.2	5.581.459	4.939.453
Imobilizado	14	72.715	67.342
Intangível	13.3	2.393.888	2.294.201
Ativos contratuais	13.1	1.345.367	1.317.220
Total do ativo não circulante		10.034.551	9.459.474
Total do ativo		13.347.730	12.309.404



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	30.06.2023	31.12.2022
Passivo circulante			
Fornecedores	15	1.336.101	1.374.767
Empréstimos e financiamentos	16	681.168	1.129.131
Obrigações por arrendamentos	18	6.190	9.959
Debêntures	17	1.892.564	337.413
Passivo financeiro setorial	10	11.045	-
Salários, provisões e encargos sociais		50.583	58,483
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.1	-	68.064
Outras obrigações fiscais	19.2	204.396	206.884
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	416.843	429.790
Dividendos a pagar		24.527	191.983
Encargos setoriais	20	99.963	75.156
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	876	1.044
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	1.076	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	85.954	72.499
Outras obrigações		219.741	207.665
Total do passivo circulante		5.031.027	4.162.838
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	1.528.961	1.766.389
Debêntures	17	1.868.417	1.426.179
Obrigações por arrendamentos	18	26.121	27.640
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	277.179	378.607
Passivo financeiro setorial	10	15.236	186.130
Outras obrigações fiscais	19.2	1.660	1.971
Encargos setoriais	20	36.551	19.493
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	92.816	89.346
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	266.023	232.210
Instrumentos financeiros derivativos	31	107.416	60.849
Outras obrigações	31	497	850
Total do passivo não circulante		4.220.877	4.189.664
Total do passivo não circulante		4.220.011	4.103.004
Patrimônio líquido	24		
Capital social		1.282.347	1.085.347
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.329.721	2.526.721
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(23.645)	(13.837)
Lucro do período		148.732	
Total do patrimônio líquido		4.095.826	3.956.902
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.347.730	12.309.404
rotar do passivo e do patrimonio liquido		13.341.130	12.303.404



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOTrimestres e semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022
Receita líquida	26	2.142.706	4.371.713	2.110.259	4.143.094
Custo do serviço	27	(1.724.647)	(3.553.694)	(1.685.227)	(3.385.797)
Lucro bruto		418.059	818.019	425.032	757.297
(Despesas) receitas operacionais Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber Outras receitas operacionais Total despesas operacionais	27	(5.286) (68.931) (52.172) 16.677 (109.712)	(6.650) (118.635) (107.673) 33.488 (199.470)	(2.390) (49.455) (26.720) 18.604 (59.961)	(4.293) (89.456) (82.196) 55.273 (120.672)
Resultado do serviço público de energia elétrica		308.347	618.549	365.071	636.625
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras Variações cambiais líquidas Total resultado financeiro	28	29.759 (233.510) 1.039 (202.712)	117.851 (511.716) 1.014 (392.851)	85.372 (209.516) 2.705 (121.439)	134.795 (377.813) 2.885 (240.133)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		105.635	225.698	243.632	396.492
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos Incentivo fiscal	29 29 29	(1.980) (34.040) - (36.020)	(1.980) (74.986) - (76.966)	(2.501) (49.131) 6.054 (45.578)	(102.033) (3.378) 18.114 (87.297)
Lucro líquido do período		69.615	148.732	198.054	309.195
Lucro por ação em R\$ - básico e diluído Ação ordinária Ação preferencial - Classe A Ação preferencial - Classe B	25	0,8942 0,9478 0,9836	1,9104 2,0250 2,1014	2,5439 2,6965 2,7982	3,9714 4,2097 4,3685



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTETrimestres e semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022
Lucro líquido do período		69.615	148.732	198.054	309.195
Outros resultados abrangentes:					
Ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	22	(2.927)	(2.927)	963	963
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	29	995	995	(328)	(328)
		(1.932)	(1.932)	635	635
ltens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Perda em instrumentos financeiros derivativos	28	4.294	(11.934)	(12.513)	(34.539)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	29	(1.460)	4.058	4.254	11.743
		2.834	(7.876)	(8.259)	(22.796)
Total de outros resultados abrangentes do exercicio, líquidos de impostos		70.517	138.924	190.430	287.034



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais)

Reserva de dezembro de 2021 914.36 221.188 31.160 106.323 48.845 968.580 1.202.612 2			Reservas de capital			Reservas de lucros					
Aumento de capital 171.001 (171.001) (171.001)		Capital social		de bens e direitos constituídos		Legal				resultados	Total
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego - - - - - 963 963 Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego -	Saldos em 31 de dezembro de 2021	914.346	221.188	31.160	106.323	48.845	968.580	1.202.612	-	(6.249)	3.486.805
Tributos diferidos s/ ganho de beneficios pós-emprego -	Aumento de capital	171.001		-	-	-	-	(171.001)	-	-	-
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	=	-	963	963
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap - - - - - - 11.743 11.743 Lucro líquido do Período - - - - - - 309.195 - 309.195 - 309.195 - 309.195 -	Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(328)	(328)
Lucro líquido do Período - - - - - - 309.195 - 309.195 Juros sobre capital próprio - <td>Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(34.539)</td> <td>(34.539)</td>	Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.539)	(34.539)
Juros sobre capital próprio -<	Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	11.743	11.743
Saldos em 30 de junho de 2022 1.085.347 221.188 31.160 106.323 48.845 968.580 936.611 309.195 (28.410) 3.678.839 Saldos em 31 de dezembro de 2022 1.085.347 221.188 31.160 106.323 48.845 1.047.562 1.430.314 - (13.837) 3.956.902 Aumento de capital 197.000 -	Lucro líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	309.195	-	309.195
Saldos em 31 de dezembro de 2022 1.085.347 221.188 31.160 106.323 48.845 1.047.562 1.430.314 - (13.837) 3.956.902 Aumento de capital 197.000 - - - - (197.000) - <t< td=""><td>Juros sobre capital próprio</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>(95.000)</td><td></td><td></td><td>(95.000)</td></t<>	Juros sobre capital próprio							(95.000)			(95.000)
Aumento de capital 197.000	Saldos em 30 de junho de 2022	1.085.347	221.188	31.160	106.323	48.845	968.580	936.611	309.195	(28.410)	3.678.839
Aumento de capital 197.000											
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego - - - - - - - (2.927) (2.927) (2.927) Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego - - - - - - 995 995 995 995 995 995 11.934) (11.934) (11.934) (11.934) (11.934) (11.934) 11.934)	Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.085.347	221.188	31.160	106.323	48.845	1.047.562	1.430.314		(13.837)	3.956.902
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego - - - - - 995 995 Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap - - - - - - - (11.934) (11.934) Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap - - - - - - 4.058 4.058 Lucro líquido do Período - - - - - - 148.732 - 148.732	Aumento de capital	197.000	-	-	-	-	-	(197.000)	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap -	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.927)	(2.927)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap - - - - - - - - - 4.058 4.058 Lucro líquido do Período - - - - - - 148.732 - 148.732	Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	995	995
Lucro líquido do Período <u> 148.732</u> - 148.732	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.934)	(11.934)
	Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	4.058	4.058
Saldos em 30 de junho de 2023 1.282.347 221.188 31.160 106.323 48.845 1.047.562 1.233.314 148.732 (23.645) 4.095.826			-	<u> </u>	-	-	-	-	148.732	-	148.732
	Saldos em 30 de junho de 2023	1.282.347	221.188	31.160	106.323	48.845	1.047.562	1.233.314	148.732	(23.645)	4.095.826

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais)

Alustes para concilar Lucro liquido do período como caixa das atividades operacionais:		30.06.2023	30.06.2022
Particular Depart Comment Department D	Atividades operacionais:		
Perta da renebitos de clientes 1,60,051 1,72,004 Perta da renebitos de clientes 1,60,051 2,70,004 Perta da renebitos de clientes 1,60,051 2,00,805 Depretação e amorização 262,116 202,805 Disco e variações monetárias 1,81,121 1,81,520 Instrumento financeiro derivativo - hedgeswap - juros e variação cambial 1,81,121 1,81,520 Micração a marcado ad divida 1,81,121 1,81,520 Micração a marcado ad divida 1,81,121 1,81,520 Micração a practago se social 1,81,121 1,81,520 Natualização do talor financeiro desivativo - hedgeswap - juros e variação cambial 1,81,121 1,81,520 Micração a marcado ad divida 1,81,121 1,81,520 Natualização do talor financeiro cancessão 2,58,153 1,81,520 Natualização do talor financeiro desivativo e moderno de la concessão 2,58,153 Natualização do talor financeiro desivativo e moderno de la marquito el imbolização 3,229 1,41,63 Norigações com bereficios pós-emprego 4,84 4,97 Norigações com bereficios pós-emprego 4,84 4,97 Norigações com bereficios pós-emprego 4,84 4,97 Norigações com bereficios pós-emprego 4,00,20 4,98 Norigações com bereficios pós-emprego 1,00,20 4,24,50 Norigações com bereficios pós-emprego 1,00,20 4,24,50 Norigações com compresáveis 1,00,20 4,24,50 Norigações 1,00,20 1,00,20 Norigações 1,00,20 1	•	148.732	309.195
Perta da renebitos de clientes 1,60,051 1,72,004 Perta da renebitos de clientes 1,60,051 2,70,004 Perta da renebitos de clientes 1,60,051 2,00,805 Depretação e amorização 262,116 202,805 Disco e variações monetárias 1,81,121 1,81,520 Instrumento financeiro derivativo - hedgeswap - juros e variação cambial 1,81,121 1,81,520 Micração a marcado ad divida 1,81,121 1,81,520 Micração a marcado ad divida 1,81,121 1,81,520 Micração a practago se social 1,81,121 1,81,520 Natualização do talor financeiro desivativo - hedgeswap - juros e variação cambial 1,81,121 1,81,520 Micração a marcado ad divida 1,81,121 1,81,520 Natualização do talor financeiro cancessão 2,58,153 1,81,520 Natualização do talor financeiro desivativo e moderno de la concessão 2,58,153 Natualização do talor financeiro desivativo e moderno de la marquito el imbolização 3,229 1,41,63 Norigações com bereficios pós-emprego 4,84 4,97 Norigações com bereficios pós-emprego 4,84 4,97 Norigações com bereficios pós-emprego 4,84 4,97 Norigações com bereficios pós-emprego 4,00,20 4,98 Norigações com bereficios pós-emprego 1,00,20 4,24,50 Norigações com bereficios pós-emprego 1,00,20 4,24,50 Norigações com compresáveis 1,00,20 4,24,50 Norigações 1,00,20 1,00,20 Norigações 1,00,20 1			
Port als circulos and circulos 11.622 9.682 Jurca e variações monetárias 206.920 (21.740) Instrumento finameiros derivativo - hedge/swap - juros e variaçõe cambial (14.184) - Instrumento finameiros derivativo - hedge/swap - juros e variaçõe cambial (14.184) - Mixos e passivos finameiros setorial (16.754) 95.153 Aluxilazção do ativo finameiros de concessão (265.482) (19.496) Valor residual de intangia e la minotitizado 76.967 5.542 Tributos e contribuções social diferidos 76.967 5.542 Provisões para processos judiciales outros riscos 33.29 14.163 Origações com beneficios pós-emprego 4.842 -0.77 Redução (aumento) dos ativos. 204.498 (234.955) Criditos de Subverção desconto tarifário (10.820) 62.448 Criditos de Subverção descorto tarifário (10.820) 62.449 Loridos criditos comperisáveis (20.29) 22.39 Imposto de renda e contribução socials compensáveis (20.20) 20.00 Loridos provincias a serem restituídos a consumidores (38.66) 118		00.054	70 504
Depretação a montázação 262 (16 soc.) 201 (17 soc.) 200 (20 soc.) 201 (17 soc.) 201 (17 soc.) 200 (20 soc.) 201 (17 soc.) <t< td=""><td>·</td><td></td><td></td></t<>	·		
Juros s variações monetárias 206.200 (21.740) Instrumento finamento derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial 195.121 194.520 Marcação a mercado de divida (14.148) 1.540 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121 194.520 195.121			
Instrumento financeiro derivativo - hedgelswap - juros e variação cambial 195.121 134.520 Alivos e passivos financeiros setorial (14.148) 1.7. Alivos e passivos financeiros setorial (5.754) 59.153 Valor residual de intangile e imolitizado 15 86 Tributos e contribuições social diferidos 76.967 5.542 Provisões para processos judiciais e outros riscos 32.229 14.183 Origações com beneficios põe-emprego 4.942 4.907 Redução (aumento) dos attoros 7.000 4.942 4.907 Crofidios de Subveração desconto tariafrio (10.820) 62.744 Alvo financeiro setorial 35.776 (43.764) Untros tributos compensáveis (90.211) 76.971			
Marcagio a mercado de divida 14.194 1.405 5.91.53 5.91.5	·		,
Aivos e passivos financeiros setorial (5,754) 59,158 Valoir residual de intangível e imobilizado 16 6 76			
Aualização do alvo financeiro da concessão 194.9665 86 76 7	•	, ,	
Valor residual de intangivel e imobilizado 15 86 Tributos e contribuições social diferidos 76.967 5.542 Provisões para processos judiciais e outros riscos 33.229 14.163 Obrigações com beneficios põs-emprego 33.229 14.163 Contas a receber de clientes e outros recebiveis 204.498 22.955 Créditos de Subvenção desconto tarifario (10.820) 62.744 Alvo financeiro setorial 35.776 (43.754) Umposto de renda e contribuição socials compensáveis 20.09 17.76,177 Outros tributos compensáveis 28.801 5.887 Papósitos vinculados 8.801 5.887 Aumento (redução) dos passivos: 30.866 (10.139) Pis Colins a serem restituídos a consumidores (38.666) (18.0139) Pis Colins a serem restituídos a consumidores (38.666) (18.0139) Pis Colins a serem restituídos a consumidores (38.666) (18.0139) Pis Colins a serem restituídos a consumidores (38.666) (18.0139) Pis Colins a serem restituídos a consumidores (38.666) (18.0139) Pis	•		
Tributos e contribuições social diferidos 75.52 <td></td> <td>,</td> <td>,</td>		,	,
Provisões para processos judiciais e outros riscos 4,842 4,087 Orbirgações com beneficios põe-emprego 4,842 4,087 Redução (aumento) dos ativos: 204,498 (234,985) Cortias a receber de clientes e outros recebiveis (10,820) 62,748 Ativo financeiro setorial (30,211) 76,971 Civitas tributos compensáveis (23,609) 24,399 Depástics vinculados (8,811) 56,878 Autros créditos (8,861) 56,878 Autros créditos (8,866) (18,103) Pisócificia si aseriem restituídos a consumidores (38,666) (180,139) Pisócificia se seriem restituídos a consumidores (38,666) (180,139) Pisócificia se seriem restituídos a consumidores (14,370) (4,366) Salarios, provisões e encargos sociais (7,900) (4,316) Imposto de renda e contribução social a pagar (2,79) 37,022 Passivo financeiro setorial (15,849) 1 Cutras obrigações fiscais (2,79) 37,022 Pagamento de imposto de renda e contribuição social (2,82) <	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Robigações com baneficios pós-emprego 4,842 4,047 Redução (aumento) dos ativos: (204,498) (234,955) Crécitos de Subvenção desconto tarifário (35,766) (43,756) Livo finacion resotrial 35,776 (43,756) Imposto de renda e contribuição socials compensáveis 223,609 24,938 Depósitos vinculados 8,861 56,877 Cutros crédicios 8,861 56,877 Outros crédicios 8,861 56,878 Aumento (redução) dos passivos: (114,375) 24,988 Pis/Cofina sa serem restituídos a consumidores (114,375) 24,989 Saláros, provisões e encargos socials (114,375) 24,989 Saláros, provisões e encargos socials (114,375) 24,989 Passivo financeiro setorial (159,949) - Cutras obrigações fiscais (2,99) 37,020 Passivo financeiro setorial (159,949) - Cutras obrigações fiscais (32,226) - Cutras obrigações fiscais (32,26) - Cutras obrigações fiscais (32,826)	,		
Redução (aumento) dos arivos: Condas a receber de clientes e outros recebiveis (204498) (23459) Condas a receber de clientes e outros recebiveis (10,820) 62,744 Aivo financeiro setorial (30,775) (43,755) Untros tributos compensáveis (90,211) 76,971 Outros tributos compensáveis (23,809) 24,936 Depásitos knoulados (18,90) 55,878 Outros créditos (8,681) 56,587 Termectoros (38,666) (180,139) Pis/Cofins a seriem restituídos a consumidores (38,666) (180,139) Pis/Cofins a seriem restituídos a consumidores (7,900) (4,316) Imposto de renda e contribuição social a pagar (7,900) (4,316) Imposto de renda e contribuição social a pagar (2,799) 37,029 Passivo financeiro setorial (159,849) (14,500) Encargos setorials (2,790) (4,316) Lotras obrigações liscais (2,799) 37,029 Pagamento de imposto de renda e contribuição social (3,226) (5,553) Pagamento de juros de initros de contribuição soci			
Contas a receber de clientes e outros recebiveis (204.498) (234.955) Créditos de Subvenção desconto tarifário (10.820) 62.744 Alvo financeiro setorial 33.776 (43.754) Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis 223.600 24.939 Depósitos vinculados (18.90) 53.4 Dutros créditos (8.681) 55.587 Aumento (redução) dos passivos: **** **** Fornecedores (38.666) (180.139) Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores (11.4375) 24.666 Saláros, provisões e encargos sociais (7.900) (4.316) Pinposto de renda e contribuição social a pagar 2 2.93.60 Utras obrigações fiscais (2.799) 37.029 Passion financeiro setorial 40.302 (14.500) Cutras obrigações fiscais 40.302 (14.500) Cutras obrigações fiscais (2.799) 37.029 Passion financiare etro sectorial 40.302 (15.500) Cutras obrigações fiscais (2.799) 37.029 Reagamento de imposto de r		4.842	4.097
Créditos de Subvenção desconto tarifário (10,820) 62,744 Altivo financeiro setorial Imposto de renda e contribuição socials compensáveis (90,211) 76,971 Outros tributos compensáveis 223,609 24,939 Depósitos vinculados (1,80) 5,587 Outros créditos 8,681 56,587 Aumento (redução) dos passivos: 7 Fornecedores (38,666) (180,139) Pis/Colfina a serem restitudos a consumidores (114,770) 4,24,866 Salários, provisões e encargos sociais (7,90) 4,316 Imposto de renda e contribuição social a pagar - 223,942 Outras obrigações fiscais (2,79) 37,029 Passio financeiro setorial (159,849) - Incargos setoriais 40,302 14,500 Outras obrigações fiscais (37,286) 53,537 Pagamento de imposto de renda e contribuição social 43,278 736,520 Outras obrigações fiscais (37,226) (53,553 Pagamento de imposto de renda e contribuição social (37,226) (53,553 Pagamento de ipro		/ \	
Aitvo financeiro selorial 35.776 (43.754) Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis 29.309 24.939 Depósitos vinculados 8.68 55.870 Depósitos vinculados 8.68 56.587 Autros créditos 8.68 56.587 Aumento (redução) dos passivos: 38.666 (180.33) Pis Coffina a serem restituídos a consumidores (114.375) 24.868 Salários, provisões e encargos sociais (7.900) (4.516) Cimposto de renda e contribuição social a pagar (2.799) 37.028 Dutas obrigações fiscais (2.799) 37.028 Passivo financeiro setorial (159.849) Encargos setoriais (159.849) Passivo financeiro setorial (159.849) Encargos setoriais (2.799) 37.028 Pasparento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.533 Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.533 Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.43) (96.0 Pagamento de jur		,	,
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis (90.211) 76.977 Outros tributos compensáveis 23.69 24.939 Depósitos vinculados (1.890) 5.58 Outros créditos 8.681 56.587 Aumento (redução) dos passivos: 700 1.800 3.93 Pis Colfins a serem restitudos a consumidores (114.375) 24.666 Salários, provisões e encargos sociais (7.90) (4.316) Imposto de renda e contribuição social a pagar - 223.942 Outras obrigações fiscais (2.79) 370.29 Passivo financeiro setorial (159.84) - Cutras obrigações fiscais (19.984) - Pagamento de imposto de renda e contribuição social 40.302 (14.500) Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (20.226) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento de juros de juros de instrumento derivativo (14.67) (4.831) Pagamento de juros de juros de instrumento derivativo (21.281) (40.441) Pagamento de juros de instrumento d		, ,	
Outros tributos compensáveis 223,600 24,939 Depósitos vinculados (1,830) 53,40 Outros créditos 8,681 56,887 Aumento (redução) dos passivos: 7 Fornecedores (38,666) (180,133) Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores (114,375) 24,866 Salários, provisões e encargos sociais (7,900) (4,316) Imposto de renda e contribuição social a pagar (2,799) 37,029 Passivo financeiro setorial (159,849) -223,342 Quitras obrigações fiscais (2,799) 37,029 Passivo financeiro setorial (159,849) -11,723 11,140 Quitras obrigações fiscais (3,002) (14,500) -11,723 11,140 Quitras obrigações fiscais (3,002) (14,500) -11,723 11,140 Quitras obrigações fiscais (3,002) (4,807) -11,723 11,160 Quitras obrigações fiscais (3,002) (4,802) -5,802			,
Depósitos vinculados (1,890) 534 Outros créditos 8,681 56,587 Aumento (redução) dos passivos: Fornecedores (38,666) (180,139) Pisc Cofins a serem restituidos a consumidores (114,375) 24,866 Slários, provisões e encargos sociais (7,900) (4,316) Imposto de renda e contribuição social a pagar 2,799 37,028 Quiras obrigações fiscais (2,799) 37,028 Passa for financeiro setorial (158,849)	·	, ,	
Outros créditos 8.681 56.587 Numento (redução) dos passivos: (38.666) (18.01.39) Piscofins a serem restituídos a consunidores (114.375) 24.866 Salários, provisões e encargos sociais (7.900) (4.316) Imposto de renda e contribuição social a pagar 2.23.942 Outras obrigações fiscais (15.9.849) 37.029 Passion financiero setorial 40.302 (14.500) Encargos setorials 40.302 (14.500) Outras obrigações fiscais 40.302 (14.500) Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de processos judiciais e outros inscos (37.26) (53.553) Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (14.75.09) (4.67) (4.831) Pagamento de juros de instrumento derivativo (2.243) (56.552) (2.243) (56.552) Pagamento de juros de instrumento derivativo (2.243)	•		
Aumento (redução) dos passivos: (38.666) (18.03) Fornecedores (38.666) (114.375) 24.866 Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores (114.375) 24.866 Salários, provisões e encargos sociais (7.900) (4.316) Imposto de renda e contribuição social a pagar (2.799) 37.022 Quiras obrigações fiscais (2.799) 37.022 Passivo financeiro setorial (159.849) - Encargos setorials 40.302 (14.500) Outras obrigações 11.723 111.60 Outras obrigações processos judiciais e outros riscos 37.226 50.553 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - 40.2026 Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (50.553 Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (50.553 Pagamento de juros diviscos pôs-emprego (4.467) (4.831) Pagamento de juros diviscos de arrendamento (2.90.30) (2.813) Rogamento de juros de instrumento derivativo (2.813) (960 Takidições para ativo contratual	·		
Fornecedores (38.66e) (18.0130) Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores (71.00) (4.36e) Salários, provisões e encargos sociais (7.90) (4.31e) Imposto de renda e contribuição social a pagar - 223.94z Outras obrigações fiscais (2.79) 37.02e Passivo financeiro setorial (159.849) - Encargos setoriais 40.302 (14.500) Outras obrigações 11.723 111.60 Pagamento de imposto de renda e contribuição social 43.278 736.520 Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.22) (53.553) Pagamento de juros clóvidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (14.50) (128.152) Pagamento de juros clávidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (14.50) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.81) (40.41) Pagamento de juros de instrumento derivativa (12.81) (40.41) Pagamento de juros de instrumento derivativa (12.81) (40.41) Pagamento de plas atividades de peracionais (770.424) (80.80.80)		8.681	56.587
Pis/Cofins a serem restituidos a consumidores (114.375) 24.866 Salários, proxisões e encargos socials (7.900) (4.316) Imposto de renda e contribuição social a pagar (2.799) 37.029 Passivo financeiro setorial (159.849) - Encargos setoriais (40.302) (14.500) Outras obrigações 11.723 111.640 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (24.02.26) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento de juros dividades e debentures), deduzido dos juros capitalizados (14.607) (4.831) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamento de juros de instrumento derivativo (23.537) 268.351 Atividades de investimentos: (235.357) 268.351 Atividades de juris de juris de dividades operacionais (77.042) (830.830) Calações e depósitos (3.72.26) (831.266)	• • • •		
Salários, provisões e encargos sociais (7.900) (4.316) Imposto de renda e contribuição social a pagar - 223.942 Cutras obrigações fiscais (159.849) - Passivo financeiro setorial (159.849) - Encargos setoriais 40.302 (14.500) Outras obrigações 11.723 111.60 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de juros de instrumento deviativa (37.226) (53.53) Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (14.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos (770.424) (830.830) Caixa fiquido utilizado nas atividades de investimentos (770.424) (831.266) Atividades de financiamentos (5.44) (1.362) Caix		(38.666)	, ,
Imposto de renda e contribuição social a pagar 223.942 Ouras obrigações fiscais (2.799) 37.029 Passivo financeiro setorial (150.849) - Encargos setoriais 40.302 (14.500) Ouras obrigações 11.723 111.640 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (33.226) (53.53) Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamento se juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: 13.374 92.6 Caixa líquido utilizado contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauxa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.441) (33.266) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.441) (831.266) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos e defenitures (principal) <	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(114.375)	24.866
Outras obrigações fiscais (2.799) 37.029 Passivo financeiro setorial (155,849) - Encargos setoriais 40.302 (14,500) Quiras obrigações 11.723 111.640 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de imposto de renda e contribuição social (37.226) (53.553) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento com benefícios pós-emprego (4.467) (4.831) Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.411) Pagamento de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 770.421 (80.830) Caixa líquido contratual e imobilizado (770.424) (80.830) Cauções e depósitos (770.424) (80.830) Caução e depósitos (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (5.444) (1.362) Caixa líquido utiliz	Salários, provisões e encargos sociais	(7.900)	(4.316)
Passivo financeiro setorial (159.849) - Encargos setoriais 40.302 (14.500) Outras obrigações 11.723 111.640 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.26) (53.553) Pagamento com beneficios pós-emprego (4.467) (4.831) Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamento se juros de instrumento derivativo (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 33.357 268.351 Atividades de investimentos: (770.424) (830.830) Cauções para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Titulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos 290.976 1.636.17 Captação de empréstimos e financiamentos 290.976 1.636.17 Pagamen	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	223.942
Encargos setoriais 40.302 (14.500) Outras obrigações 11.723 111.640 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento de pirros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (14.670) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamento de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 233.57 268.351 Atividades de investimentos: 40.041 (70.424) (830.830) Cauções e depósitos (770.424) (830.830) Titulos e valores mobiliários (770.424) (831.266) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos 2.90.976 1.636.170 Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos 2.90.976 1.636.170 Pagamentos de empréstimos e financiamentos 2.90.976 1.636.170 Pagamentos de empréstimos e financiamentos <th< td=""><td>Outras obrigações fiscais</td><td>(2.799)</td><td>37.029</td></th<>	Outras obrigações fiscais	(2.799)	37.029
Outras obrigações 11.723 111.640 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - 2.624.026 Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553 Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (14.7509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.983) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: T V Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (770.424) (830.830) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos 762.444) (1.361.602) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos 2.990.976 1.636.177 Capações de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos 2.990.976	Passivo financeiro setorial	(159.849)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social 439.278 736.520 Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento com benefícios pós-emprego (4.467) (4.831) Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamento de juros de arrendamento (2.438) (966) Cajagamento de juros de arrendamento (2.438) (966) Cajagamento de juros de instrumento derivativo (80.83) (80.80) Caixa líquido perado nas atividades de investimentos (77.042) (83.080) Cauções e depósitos (2.90.976) (1.63.177) Capação de empréstimos e financiamentos <td>Encargos setoriais</td> <td>40.302</td> <td>(14.500)</td>	Encargos setoriais	40.302	(14.500)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social - (240.226) Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.226) (53.553) Pagamento com benefícios pós-emprego (4.467) (4.831) Pagamento de juros (dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (13.62) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de instrumento derivativo (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.91) Dividendos	Outras obrigações		
Pagamento de processos judiciais e outros riscos (37.26) (53.553) Pagamento com benefícios pós-emprego (4.467) (4.831) Pagamento de juros (dividades e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Títulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (5.444) (13.62) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de arrendamento (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de instrumento derivativo (principal) (6.678) (10.576) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) -		439.278	736.520
Pagamento com beneficios pós-emprego (4.467) (4.831) Pagamento de juros (dividas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento de riviativo (12.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: *** *** Adições para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Titulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: *** *** Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - <t< td=""><td>Pagamento de imposto de renda e contribuição social</td><td>-</td><td>(240.226)</td></t<>	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(240.226)
Pagamento de juros (dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados (147.509) (128.152) Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: Atividades de investimentos: Adições para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Titulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (5.444) (1.362) Atividades de financiamentos: Capação de empréstimos e financiamentos Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 3.455.85	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(37.226)	(53.553)
Pagamento de juros de instrumento derivativo (12.281) (40.441) Pagamentos de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: Valoridades de investimentos: Valoridades de investimentos: Valoridades de investimentos: Valoridades de investimentos: (770.424) (830.830) (830.830) (20.830) (20.830) (20.831)	Pagamento com benefícios pós-emprego	(4.467)	(4.831)
Pagamentos de juros de arrendamento (2.438) (966) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 235.357 268.351 Atividades de investimentos: 2 Adições para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Títulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)	Pagamento de juros (dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(147.509)	(128.152)
Atividades de investimentos: 770.424 268.351 Adições para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Títulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Paixa líquido apgos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)		(12.281)	(40.441)
Atividades de investimentos: Adições para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Títulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)	Pagamentos de juros de arrendamento	(2.438)	(966)
Adições para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Títulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Captação de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	235.357	268.351
Adições para ativo contratual e imobilizado (770.424) (830.830) Cauções e depósitos 13.374 926 Títulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Captação de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)	Astividades de investimentes.		
Cauções e depósitos 13.374 926 Títulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Captação de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)		(770 404)	(020, 020)
Titulos e valores mobiliários (5.444) (1.362) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Captação de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (762.494) (831.266) Atividades de financiamentos: 2.990.976 1.636.177 Captação de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)			
Atividades de financiamentos: Captação de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)			
Captação de empréstimos e financiamentos 2.990.976 1.636.177 Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)	Caixa ilquido utilizado nas atividades de investimentos	(762.494)	(831.266)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal) (1.681.366) (1.054.000) Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)			
Pagamentos de arrendamento (principal) (6.678) (10.575) Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)			
Recebimentos de instrumento derivativo (principal) (132.654) (22.816) Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)			
Parcelamento especial - (2.991) Dividendos pagos (167.456) - Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 1.002.822 545.795 Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)	· · · ·		, ,
Dividendos pagos(167.456)-Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos1.002.822545.795Variação no caixa líquido da Companhia475.685(17.120)	Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(132.654)	(22.816)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos1.002.822545.795Variação no caixa líquido da Companhia475.685(17.120)	Parcelamento especial	-	(2.991)
Variação no caixa líquido da Companhia 475.685 (17.120)	. •		
, ,	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.002.822	545.795
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa 182 558 204 316	Variação no caixa líquido da Companhia	475.685	(17.120)
1021000 2011011	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	182.558	204.316
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa 658.243 187.196	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	658.243	187.196

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2023	30.06.2022
1. Receitas	5.861.871	6.277.199
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.957.922	6.349.703
Fornecimento de energia elétrica	5.166.515	5.470.379
Outras receitas	34.169	55.558
Receita relativa à construção de ativos próprios	757.238	823.766
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(96.051)	(72.504)
2. Insumos adquiridos de terceriros	(3.527.148)	(3.409.063)
Materiais	(355.832)	(361.653)
Outros custos operacionais	(90.938)	(78.927)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.284.387)	(2.206.592)
Serviços de terceiros	(795.991)	(761.891)
3. Valor adicionado bruto	2.334.723	2.868.136
4. Retenções	(262.117)	(202.687)
Depreciação e amortização	(262.117)	(202.687)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.072.606	2.665.449
6. Valor adicionado recebido em transferência	117.851	225.685
Receitas financeiras	117.851	225.685
7. Valor adicionado total a distribuir	2.190.457	2.891.134
8. Distribuição do valor adicionado	2.190.457	2.891.134
Empregados (Colaboradores)	119.776	104.818
Remunerações	74.330	68.122
FGTS	4.685	2.973
Outros encargos sociais	6.001	5.473
Previdência privada	4.370	4.126
Auxílio-alimentação	8.895	6.963
Convênio assistencial e outros benefícios	10.933	7.639
Participação nos resultados	10.562	9.522
Tributos (Governo)	1.412.520	2.000.065
Federais	272.386	243.315
Imposto de renda e contribuição social	76.966	105.411
COFINS	146.995	114.716
PIS	31.913	24.904
INSS	16.512	16.398
(-) Incentivos fiscais	-	(18.114)
<u>Estaduais</u>	767.871	1.081.516
ICMS	767.871	1.081.486
Outros	-	30
<u>Municipais</u>	4.349	4.914
ISS	3.374	3.388
IPTU	1.190	1.356
Outros	(215)	170
Encargos setoriais	367.914	670.320
CDE - Conta de desenvolvimento energético	330.332	285.198
Eficiencia energética, P&D, FNDCT e EPE	33.012	30.743
Taxa de fiscalização - ANEEL	5.314	4.949
Encargos do consumidor - CCRBT	(744)	349.430
Remuneração de capitais de terceiros	509.429	477.056
Juros	93.498	92.641
Outras despesas financeiras	406.183	373.177
Aluguéis	9.748	11.238
Remuneração de capitais próprios	148.732	309.195
Lucro do período	148.732	309.195

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 2023 (Nota explicativa nº. 4.1 e 13).

Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

1.1. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar de R\$ 3.449 – vide nota explicativa nº 8.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos, exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o clico tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023 - vide nota explicativa nº 10.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou uma análise e não precisou solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

PÁGINA: 39 de 106

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 23 de fevereiro de 2023 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de julho de 2023.

2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período findo em 30 de junho de 2023, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2023:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados ou após
CPC 50 /IFRS 17 - Contratos de Seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 /IAS 12 - Tributos sobre o lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23/ IAS 8 - Políticas contábeis, estimativa e retificação de errro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2024 (com adiamento da Isenção temporária do CPC 48
CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou ainda não determinado pela contribuição de ativos entre IASB e CFC investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB CFC

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1. Revisão tarifária periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicada a partir de 22 de abril de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com efeito negativo de -0,46%, composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,22%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,80%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- a) Custos Operacionais: a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -3,39% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito tarifário de -0,59%. Destaca-se que a aplicação da metodologia indicou que os custos operacionais, incluídos nas tarifas até então vigentes, encontravam-se acima do limite superior do intervalo de eficiência, sendo estabelecida uma trajetória regulatória negativa de ajustes desses custos até o final do ciclo.
- b) Custo Anual de Ativos: corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétrico da distribuidora. A remuneração apresentou redução de -1,18% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto tarifário de -0,14%. A variação negativa deve-se à redução da taxa de remuneração em relação àquela considerada no último processo de revisão tarifária. Por outro lado, o aumento da Base de Remuneração Líquida atenuou o efeito de redução do WACC. Por sua vez, a quota de reintegração apresentou variação de +3,02% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto tarifário de +0,18%, devido, especialmente, da nova taxa de depreciação dos ativos, de 4,10%, superior à considerada no ciclo anterior (de 3,98%). Por último, as anuidades apresentaram uma redução de -5,43% em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto tarifário -0,13%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

(i) Complemento positivo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 107.619 (nota explicativa nº 13.2).



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 19.523, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (notas explicativas nº 13.2 e 13.3).

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

A revisão tarifária média de +3,06% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

4.2. Bandeira tarifária

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias Aplicações financeiras	4.321	38.483
CDB (aplicações diretas) Operações compromissadas	433.128 220.794	26.461 117.614
Operações compromissadas	653.922	144.075
Total	658.243	182.558

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A Companhia realiza, também, aplicações em operações compromissadas que possuem vencimentos de no máximo 30 dias.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no período findo em 30 de junho de 2023, em média, a 100,73% do CDI (98,18% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As operações compromissadas foram remuneradas no período findo em 30 de junho de 2023, em média, a 85,00% do CDI (84,43% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	30.06.2023	
Fundos de investimentos não exclusivos	92.113	86.652
Fundos de investimentos exclusivos (a)	231	248
Títulos públicos	226	229
LF - Letra Financeira	5	19
Total	92.344	86.900

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma quarenta e três cotistas e apresenta 19,60% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de junho de 2023(0,64% em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2023. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no semestre findo em 30 de junho de 2023, em média, a 103,68% do CDI (96,75% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

			Vencidos					Total	
	A vencer	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	PECLD	30.06.2023
Classes de consumidores:									
Residencial	193.186	151.657	14.995	41.920	67.207	316.608	785.573	(417.187)	368.386
Industrial	84.950	78.220	7.102	19.190	26.442	63.346	279.250	(10.548)	268.702
Comercial	19.579	9.006	1.177	1.737	2.942	-	34.441	(51.093)	(16.652)
Rural	126.486	53.275	1.690	15.981	21.044	168.953	387.429	(62.707)	324.722
Poder público	55.501	18.202	2.705	7.382	9.331	50.808	143.929	(14.405)	129.524
Iluminação pública	26.969	12.040	2.900	5.662	5.691	13.428	66.690	(48.887)	17.803
Serviço público	24.273	16.634	3.158	11.577	13.719	83.754	153.115	(17.579)	135.536
Fornecimento faturado	530.944	339.034	33.727	103.449	146.376	696.897	1.850.427	(622.406)	1.228.021
Receita não faturada	442.779	-	-	-	-	-	442.779	(5.559)	437.220
Parcelamento de débitos	3.815	8.412	8.472	41.754	49.445	197.504	309.402	(62.961)	246.441
Compartilhamento - uso mútuo	19.052	4.291	3.446	10.897	17.783	48.786	104.255	(54.251)	50.004
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	16	-	-	22.107	22.123	(10.553)	11.570
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE						15.289	15.289	(15.289)	
Subtotal	996.590	351.737	45.661	156.100	213.604	980.583	2.744.275	(771.019)	1.973.256

Circulante 1.775.752 Não circulante 197.504

Notas EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Notas Explicativa indo em 30 de junho de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Vencidos				Total		Total	
	A vencer	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2022	PECLD	31.12.2022
Classes de consumidores:									
Residencial	249.116	218.594	21.689	51.392	101.394	307.163	949.348	(390.609)	558.739
Industrial	21.683	10.410	451	1.387	1.903	20.361	56.195	(9.688)	46.507
Comercial	67.536	29.358	3.188	6.704	11.668	78.565	197.019	(53.674)	143.345
Rural	74.144	42.685	4.881	9.799	19.531	97.728	248.768	(64.668)	184.100
Poder público	40.136	11.916	3.614	6.220	8.651	26.643	97.180	(13.159)	84.021
Iluminação pública	29.738	11.613	2.517	8.705	28.450	74.546	155.569	(49.622)	105.947
Serviço público	15.751	5.165	935	2.834	5.468	19.415	49.568	(15.407)	34.161
Fornecimento faturado	498.104	329.741	37.275	87.041	177.065	624.421	1.753.647	(596.827)	1.156.820
Receita não faturada	417.084	-	-	-	-	-	417.084	(5.949)	411.135
Parcelamento de débitos	3.571	14.626	10.362	25.045	60.062	163.578	277.244	(19.638)	257.606
Venda de Energia Excedente - MVE	3.197	-	-	-	-	-	3.197	- 1	3.197
Compartilhamento - uso mútuo	11.081	6.617	3.085	8.430	16.502	34.141	79.856	(42.117)	37.739
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.027	26.027	(16.093)	9.934
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Total	933.037	350.984	50.722	120.516	253.629	863.456	2.572.344	(695.913)	1.876.431

Circulante 1.712.853 Não circulante 163.578

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2022	(Provisões)	Perda	30.06.2023
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(695.913)	(107.673)	32.567	(771.019)
Outros créditos	(7.694)	-	-	(7.694)
	(703.607)	(107.673)	32.567	(778.713)
Circulante	(688.318)			(763.424)
	,			, ,
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(703.607)			(778.713)

Rubricas de origem	31.12.2021	(Provisões)	Perda	30.06.2022
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(629.135)	(37.268)	37.194	(629.209)
Outros créditos	(3.400)	(44.928)		(48.328)
	(632.535)	(82.196)	37.194	(677.537)
Circulante	(617.246)			(662.248)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(632.535)			(677.537)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2023	30.06.2022
Provisão	(107.673)	(82.196)
	(107.673)	(82.196)

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	30.06.2023	31.12.2022
Baixa renda - subsídio CDE	28.813	25.088
Previsão ajuste CDE ciclo corrente (a)	-	(21.977)
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	(19.271)	(446)
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	5.487	1.542
Bônus - Redução voluntária de consumo (b)	3.449	3.451
	18.478	7.658

- (a) Em junho de 2023, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.
- (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 69.793, restando um saldo de R\$ 3.449 a ser ressarcido.

9. Tributos a compensar

9.1. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	30.06.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	16.784	-
Contribuição social (a)	2.276	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	3.087	-
Total	22.147	_

- (a) Em 30 de junho de 2023, a empresa apurou prejuízo fiscal e não há montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar, apenas montantes a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar foram apresentados líquidos dos montantes de imposto de renda e contribuição social compensáveis. Vide nota explicativa nº. 19.
- (b) Em 30 de junho de 2023, a Companhia apresenta saldo de IRRF a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, o IRRF foi apresentado líquido dos montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar pela Companhia.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Outros tributos compensáveis

30.06.2023 31.12.2022 Circulante Não circulante Circulante Não circulante Outros tributos compensáveis ICMS (c) 125 505 132 294 119 310 130 842 PIS e COFINS 26 178 80 236 416.842 PIS e COFINS (ICMS) (d) 189.507 429.790 353.889 Outros tributos 1.766 1.634 321.801 484.731 Total 570.291 630.970

- (c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 226.896 em 30 de junho de 2023 (R\$ 186.562 em 31 de dezembro de 2022) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 30.903 (R\$ 33.662 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar no circulante e não circulante de R\$ 416.842 e R\$ 189.507 respectivamente, em 30 de junho de 2023 (R\$ 429.790 e R\$ 353.889 em 31 de dezembro de 2022).

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 19).

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2022	Adição	Amortização	Escassez Hidrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	79.106	148.658	(120.332)	-	(15.355)	166	-	92.243	(31.411)	123.654	(8.101)	100.344
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	71.749	21.927	(53.100)	-	586	3.740	-	44.902	26.862	18.040	30.262	14.640
Proinfa (b)	6.398	(7.677)	(2.866)	-	-	(280)	-	(4.425)	(4.425)	-	(4.425)	-
Transporte rede básica (c)	59.602	51.629	(22.755)	-	-	4.892	-	93.368	53.238	40.130	60.803	32.565
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (d)	(93.852)	62.094	(22.112)	-	(15.941)	(10.684)	-	(80.495)	(134.964)	54.469	(124.695)	44.200
Conta de desenvolvimento energético - CDE (e)	35.209	20.685	(19.499)	-	-	2.498	-	38.893	27.878	11.015	29.954	8.939
Demais passivos finaceiros setoriais	(235.214)	69.031	35.089	18.490	-	(5.920)	-	(118.524)	648	(119.172)	(2.944)	(115.580)
Neutralidade da parcela A	16.798	(3.796)	(792)	-	-	1.775	-	13.985	15.495	(1.510)	15.211	(1.226)
Sobrecontratação de energia	93.299	24.164	(7.537)	-	-	13.349	-	123.275	58.529	64.746	70.735	52.540
Diferimento/ devoluções tarifárias	(143.484)	(24.096)	15.947	-	-	(6.479)	-	(158.112)	(34.175)	(123.937)	(34.175)	(123.937)
Risco hidrológico	(137.747)	(76.183)	70.320	-	-	(4.049)	-	(147.659)	(102.096)	(45.563)	(110.685)	(36.974)
Bandeira Escassez Hídrica (f)	220.177	90.811	(42.356)	-	-	14.185	(155.749)	127.068	-	127.068	116.903	10.165
Outros (g)	(284.257)	58.131	(493)	18.490	-	(24.701)	155.749	(77.081)	62.895	(139.976)	(60.933)	(16.148)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(156.108)	217.689	(85.243)	18.490	(15.355)	(5.754)		(26.281)	(30.763)	4.482	(11.045)	(15.236)

- (a) Aquisição de energia (CVA Energia): a variação do diferimento passivo dos custos de aquisição de energia, deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração das usinas termoelétricas, redução da carga no semestre findo em 30 de junho de 2023 e redução da taxa média de câmbio(no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 5,22 para R\$ 4,78 em 30 de junho de 2023).
- (b) Proinfa: Variação está relacionada a redução do custo conforme a resolução Nº 3.147, de 6 de dezembro de 2022 e ao aumento da cobertura tarifária de acordo com a Nota Técnica n°53/2022-SGT/ANEEL homologada em 18 de abril de 2022.
- (c) Transporte rede básica: A variação está relacionada a alteração da tarifa de cobertura e do preço médio dos contratos, homologado a partir do reajuste tarifário de abril de 2023.
- (d) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoelétricas fora da ordem de mérito, no semestre findo em 30 de junho de 2023.
- (e) CDE: A menor variação está relacionada a aplicação das novas cotas homologadas que foram menores em comparação ao ciclo anterior, conforme resoluções nº 3.175 de 7 de marco de 2023 que definiu os novos montantes do ciclo tarifário de 2023 para CDE-USO.

Bandeira Escassez Hídrica:

(i) Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 149.553, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário de 2023, devidamente atualizado pela taxa Selic, totalizando um valor de

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



R\$169.424 a ser amortizado de forma linear, onde no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi amortizado quatro doze avos, no valor de R\$ 42.356. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 4.

- (ii) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, foi constituída uma adição de R\$ 90.811 referente ao financeiro da bandeira, proporcional ao período de janeiro a março de 2023.
- (g) Outros: A variação é referente ao recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás R\$ 19.968 de acordo com despacho 1.120/2023 de 24 de abril de 2023 e ao PIS/COFINS sobre ICMS contabilizado no 1º trimestre de 2022 como item setorial e que a partir de dezembro de 2022 passou a ser amortizado na rubrica "PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores". Para mais informações, vide nota explicativa nº 21.

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2021	Adição	Amortização	Conta Escassez Hídrica	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	445.129	275.517	(152.589)	-	(319.719)	34.833	(21.209)	261.962	426.528	(164.566)	395.419	(133.457)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(7.819)	73.201	(36.927)	-	124.081	13.406	(21.209)	144.733	139.642	5.091	140.605	4.128
Proinfa	2.077	18.812	(7.059)	-	-	1.108	- 1	14.938	14.939	(1)	14.939	(1)
Transporte rede básica	27.073	(10.355)	(13.908)	-	-	2.311	-	5.121	11.456	(6.335)	10.258	(5.137)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	429.471	138.579	(87.933)	-	(443.800)	15.075	-	51.392	227.890	(176.498)	194.525	(143.133)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.673)	55.280	(6.762)	-	-	2.933	-	45.778	32.601	13.177	35.092	10.686
Demais passivos finaceiros setoriais	73.542	272.525	103.793	(273.449)	19.370	24.320	21.209	241.310	(71.522)	312.832	(11.769)	253.079
Neutralidade da parcela A	(32.584)	24.581	6.152		-	1.782	-	(69)	(13.119)	13.050	(10.652)	10.583
Sobrecontratação de energia	(34.636)	58.402	19.793	-	-	1.206	-	44.765	(35.920)	80.685	(20.667)	65.432
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.160)	(19.095)	14.807	-	-	(5.075)	-	(128.523)	(22.210)	(106.313)	(22.210)	(106.313)
Risco hidrológico	(145.171)	(60.363)	72.858	-	-	(7.701)	-	(140.377)	(108.864)	(31.513)	(114.821)	(25.556)
Bandeira Escassez Hídrica	-	98.430	-	-	-	(4.896)	-	93.534	-	93.534	93.534	-
Outros	405.093	170.570	(9.817)	(273.449)	19.370	39.004	21.209	371.980	108.591	263.389	63.047	308.933
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	518.671	548.042	(48.796)	(273.449)	(300.349)	59.153		503.272	355.006	148.266	383.650	119.622

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.06.2023	31.12.2022
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(732.373)	(726.549)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	400.513	396.669
Total	14.735	16.715

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	30.06.2023	Percentual
Em 2023	1.980	13,44%
Em 2024	3.625	24,61%
Em 2025	3.316	22,50%
Em 2026	3.036	20,60%
Em 2027	2.778	18,85%
Total	14.735	100,00%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

		30.06.2023	31.12.2022
Instituição	Tipo de Aplicação	Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	18.595	17.482
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA		14.487
Total		18.595	31.969

13. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre na mesma data, a cada 4 anos, sendo a última realizada em 22 de abril de 2023, vide nota explicativa nº. 4.1.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

13.1. Ativos Contratuais (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 5,24% a.a. no período findo em 30 de junho de 2023 (3,79% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.110.318	(235.431)	874.887
Adições	823.131	-	823.131
Capitalização de juros de empréstimos	106	-	106
Reclassificação	23.272	(23.272)	-
Transferências para ativo intangível	(225.783)	-	(225.783)
Transferências para ativo indenizável	(321.103)	-	(321.103)
Transferências para ativo imobilizado	(29.499)	-	(29.499)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.380.442	(258.703)	1.121.739
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.413.494	(96.274)	1.317.220
Adições	757.238	-	757.238
Capitalização de juros de empréstimos	48	-	48
Transferências para ativo intangível	(333.092)	-	(333.092)
Transferências para ativo indenizável	(396.047)	<u>-</u>	(396.047)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.441.641	(96.274)	1.345.367

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direito de uso da concessão Software Veículos

	31.12.2022		
Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
1.277.951	(96.274)	1.181.677	1.079.245
163.690	-	163.690	235.573
-	-	=	2.402
1.441.641	(96.274)	1.345.367	1.317.220

13.2. Ativo financeiro indenizável da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O ativo financeiro indenizável é mensurado pela base de remuneração regulatória ("BRR"), considerando valor novo de reposição (VNR) estabelecido e homologado pelo órgão regulador ("ANEEL") no processo de Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente.

Entre os períodos de Revisão Tarifária a Companhia, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como fator de atualização da Base de Remuneração.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros.

Em 30 de junho de 2023 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	30.06.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	4.939.453	3.912.580
Transferências do ativo contratual	396.047	838.211
Atualização do ativo financeiro da concessão	157.863	191.043
Reclassificações para ativo intangível	-	(2.381)
Atualização do ativo financeiro da concessão - Revisão tarifária (nota 4.1)*	107.619	-
Reclassificações para ativo intangível - Revisão tarifária (nota 4.1 e 13.3)**	(19.523)	
Saldo Final	5.581.459	4.939.453

- (*) O valor de R\$ 107.619 foi reconhecido para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023 (vide nota explicativa nº. 4.1). A contrapartida, foi reconhecida como atualização do ativo financeiro da concessão, no resultado do período (vide nova explicativa nº 26).
- (**) O valor de R\$ 19.523 foi reclassificado para o ativo intangível, para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023 (vide nota explicativa nº. 4.1).

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

13.3. Ativo Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

			31.12.2022		
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	6.081.256	(3.727.040)	(237.375)	2.116.841	2.105.457
Software	585.401	(308.458)	-	276.943	188.640
Bens de renda	464	(360)		104	104
Total	6.667.121	(4.035.858)	(237.375)	2.393.888	2.294.201

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.779.965	(3.548.623)	(261.692)	1.969.650
Baixas	(154)	68	-	(86)
Amortização	-	(206.562)	17.814	(188.748)
Transferência dos ativos contratuais	225.783	-	-	225.783
Transferência dos ativos imobilizados	(81.076)	152.503	3.514	74.941
Saldo em 30 de junho de 2022	5.924.518	(3.602.614)	(240.364)	2.081.540
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.316.436	(3.762.821)	(259.414)	2.294.201
Baixas	(1.930)	1.915	-	(15)
Amortização	-	(274.952)	22.039	(252.913)
Transferência dos ativos contratuais	333.092	-	-	333.092
Reclassificações do ativo indenizável - Revisão tarifária (nota 4.1 e 13.2)	19.523	-	-	19.523
Saldo em 30 de junho de 2023	6.667.121	(4.035.858)	(237.375)	2.393.888

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Notas Explicativas em 30 de junho de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	30.06.2023
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	5.134	-	-	-	2.071	7.205
Máquinas e equipamentos	41.481	-	-	(13.861)	532	28.152
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	22.636	-	-	-	2.282	24.918
Subtotal	70.111	-	-	(13.861)	4.885	61.135
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	(759)	-	(80)	-	-	(839)
Máquinas e equipamentos	(36.999)	-	(702)	13.861	-	(23.840)
Veículos	(546)	-	(33)	-	-	(579)
Móveis e utensílios	(9.580)	-	(758)	-	-	(10.338)
Subtotal	(47.884)	-	(1.573)	13.861	-	(35.596)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	572	8.255	-	-	(2.071)	6.756
Máquinas e equipamentos	2.792	1.027	-	-	(532)	3.287
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	5.442	3.904	-	-	(2.282)	7.064
Subtotal	9.568	13.186	-	-	(4.885)	17.869
Total do imobilizado	31.795	13.186	(1.573)	-		43.408
Ativo de direito de uso						
Terrenos	184	1.212	(291)	-	-	1.105
Imóveis	29.396	178	(2.556)	-	-	27.018
Veículos e outros meios de transporte	5.967	-	(4.783)	-	-	1.184
Subtotal	35.547	1.390	(7.630)	-	-	29.307
Total	67.342	14.576	(9.203)		-	72.715

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Notas Explicativas em 30 de junho de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2021	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	30.06.2022
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	934	-	-	-	592	(296)	1.230
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(103)	83	2.234	41.203
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	7.128	(1.597)	16.369
Subtotal	51.621	-	-	(103)	7.803	341	59.662
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	(704)	-	(15)	-	-	(1)	(720)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(689)	103	-	11	(36.836)
Veículos	(2.048)	-	(33)	-	-	1.567	(514)
Móveis e utensílios	(8.694)		(307)		_		(9.001)
Subtotal	(47.707)	-	(1.044)	103	-	1.577	(47.071)
Imobilizado em curso							
Terreno	-	4	-	-		-	4
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	762	6.973	55	-	21.696	(29.287)	199
Máquinas e equipamentos	43.731	67	-	-	-	(40.430)	3.368
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	655				757	4.989
Subtotal	54.689	7.699	55	-	21.696	(74.817)	9.322
Total do imobilizado	58.603	7.699	(989)	-	29.499	(72.899)	21.913
Ativo de direito de uso							
Terrenos	149	819	(105)	-	-	(104)	759
Imóveis	(2.154)	48.860	(6.572)	-	-	3.099	43.233
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(6.272)	-	-	(5.037)	12.239
Subtotal	21.543	49.679	(12.949)	-	-	(2.042)	56.231
Total	80.146	57.378	(13.938)	-	29.499	(74.941)	78.144

enei

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2023:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,17
Imóveis	4,42
Veículos	0,92
15. Fornecedores	

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 31.1.1.

	30.06.2023	31.12.2022
Compra de Energia	427.623	438.031
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 30)	1.493	814
Encargo de Uso da Rede	107.073	95.705
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 30)	-	343
Total energia	536.189	534.893
Materiais e serviços	537.798	620.617
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 30)	262.114	219.257
Total fornecedores	1.336.101	1.374.767

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, o montante destas operações é de R\$ 116.559 (R\$ 119.675 em 31 de dezembro de 2022).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

16.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	30.06.2023						31.12.2022							
		Circulante			Não Circulante		Total Circulante +		Circulante			Não Circulante		Total Circulante +
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	Não Circulante	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	Não Circulante
Moeda estrangeira:														
União Federal – Bônus de Desconto			-	_	_	-	-	70	-	70	5.954		5.954	6.024
União Federal – Bônus ao Par	-	-	-	-	-	-	-	110	-	110	8.533	-	8.533	8.643
SCOTIABANK 4131 III	-	-	-	-	-	-	-	2.464	406.799	409.263	-	-	-	409.263
BNP 4131 II - COELCE	637	114.067	114.704	-	-	-	114.704	685	-	685	122.503	-	122.503	123.188
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	1.341	194.975	196.316	-	-	-	196.316	1.458	209.393	210.851	-	-	-	210.851
Sumitomo 4131 - COELCE	1.061	-	1.061	242.920	-	242.920	243.981	1.155	-	1.155	260.885	-	260.885	262.040
Citibank 4131 - COELCE	4.942	-	4.942	267.211	-	267.211	272.153	3.896	-	3.896	286.973	-	286.973	290.869
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	3.244	-	3.244	216.414	(2.206)	214.208	217.452	3.483	-	3.483	232.419	7.098	239.517	243.000
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	681		681	118.387	(2.226)	116.161	116.842	770		770	127.142	2.654	129.796	130.566
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	11.906	309.042	320.948	844.932	(4.432)	840.500	1.161.448	14.091	616.192	630.283	1.044.409	9.752	1.054.161	1.684.444
Moeda nacional:														
Empréstimos e financiamentos														
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	_	_	-	_	-	-	-	3	2.061	2.064	_	_	-	2.064
FINEP	2	46	48	254	_	254	302	2	94	96	572		572	668
BNB II	224	43.322	43.546	188.207	-	188.207	231.753	269	44.101	44.370	211.656	_	211.656	256.026
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	226	43.368	43.594	188.461		188.461	232.055	274	46.256	46.530	212.228	-	212.228	258.758
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas														
Enel Finance International II			-		_			453	274,429	274.882		_		274.882
Enel Finance International N.V.	26.997		26.997	500,000	_	500.000	526.997	26.661	214.423	26.661	500.000	_	500.000	526.661
Mútuos Enel BR	7.256	282.373	289.629	300.000	_	-	289.629	20.001	150.775	150.775	300.000		-	150.775
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	34.253	282.373	316.626	500.000	<u> </u>	500.000	816.626	27.114	425.204	452.318	500.000		500.000	952.318
						-								
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda	46.385	634,783	681.168	1.533.393	(4.432)	1.528.961	2.210.129	41.479	1.087.652	1,129,131	1.756.637	9.752	1.766.389	2.895.520
estrangeira	40.303	334.763	001.100	1.333.393	(4.432)	1.320.301	2.210.129	41.479	1.007.032	1.129.131	1.730.037	9.732	1.700.303	2.093.320

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

16.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2023: a)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
EFI III - Credit Agreement	508.182	06/01/2023	06/02/2023	Bullet	Bullet	EUR + 4,00 a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/2023	28/04/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XV	10.654	27/03/2023	28/04/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVIII	100.423	20/06/2023	30/06/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	156.047	20/04/2023	31/07/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	25.164	25/04/2023	31/07/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o semestre findo em 30 de junho de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
EFI II - Credit Agreement	270.603	13/12/2022	12/06/2023	Bullet	Bullet	EURIBOR + 0,94 a.a.	Capital de giro	N/A

Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2023: c)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18% a.a.	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06	.2023	31.12.2022		
	R\$	%	R\$	%	
Moeda Nacional					
CDI	816.626	36,95%	677.436	23,40%	
TJLP	302	0,01%	668	0,02%	
Taxa fixa	889.295	40,24%	1.389.615	47,99%	
IPCA	231.753	10,49%	256.026	8,84%	
Moeda Estrangeira					
Libor	-	0,00%	6.024	0,21%	
USD SOFR	272.153	12,31%	290.869	10,05%	
EURIBOR	-	0,00%	274.882	9,49%	
Total	2.210.129	100%	2.895.520	100%	

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80% a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
BNP 4131 III - COELCE	CDI + 0,55% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE	CDI + 0,30% a.a
ITAU 4131 EFI III SWAP - COELCE	CDI + 1,44% a.a

16.4. Em 30 de junho de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

30.06.2023						
2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total não Circulante	
267.490	934.742	265.557	49.143	12.029	1.528.961	

16.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

	30.06.2023
Indexador	%
Moeda Nacional	
CDI	13,65%
SELIC	13,75%
Moeda Estrangeira	
USD SOFR	5,09%
EURIBOR 3M	3,58%

ene

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda N	lacional	Moeda Es	Total	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	282.726	762.506	137.905	1.084.578	2.267.715
Captações	764.478	-	-	271.699	1.036.177
Encargos provisionados	66.799	-	9.856	-	76.655
Encargos pagos	(58.742)	-	(9.429)	-	(68.171)
Variação monetária e cambial	-	15.855	(945)	(71.041)	(56.131)
Transferências	42.681	(42.681)	389.369	(389.369)	-
Amortizações	(941.816)	-	(112.184)	<u> </u>	(1.054.000)
Saldo em 30 de junho de 2022	156.126	735.680	414.572	895.867	2.202.245
Saldo em 31 de dezembro de 2022	223.966	712.228	905.165	1.054.161	2.895.520
Captações	382.796	-	508.180	-	890.976
Encargos provisionados	54.452	-	31.121	=	85.573
Encargos pagos	(46.907)	-	(33.325)	-	(80.232)
Variação monetária e cambial	-	7.925	(45.900)	(63.183)	(101.158)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(14.184)	(14.184)
Transferências	31.692	(31.692)	136.294	(136.294)	-
Amortizações	(285.779)		(1.180.587)		(1.466.366)
Saldo em 30 de junho de 2023	360.220	688.461	320.948	840.500	2.210.129

16.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
Scotiabank, Sumitomo, BNP e Citibank 4131	3,50	Trimestral	

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

17.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

		Circulante		Não circulante		Total Circulante +	Circulante		Não c	irculante	Total Circulante +
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Não Circulante	Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado	Não Circulante
2ª Série 5ª emissão	520	102.101	102.621	102.101	-	204.722	503	98.650	98.650	-	197.803
1ª Série 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	241	40.000	-	-	40.241
2ª Série 6ª emissão	950	180.833	181.783	180.832	-	362.615	918	-	349.438	-	350.356
1ª Série 7ª emissão	-	-	-	-	-	-	6.871	175.000	-	-	181.871
2ª Série 7ª emissão	4.999	389.552	394.551	-	-	394.551	13.449	-	376.384	-	389.833
1ª Série 8ª emissão	4.961	-	4.961	625.930	31.796	662.687	4.647	-	604.772	18.629	628.048
1ª Série 9ª emissão	64.472	-	64.472	950.000	-	1.014.472	-	-	-	-	-
1ª Série 10ª emissão	8.373	500.000	508.373	-	-	508.373	-	-	-	-	-
1ª Série 11ª emissão	-	650.000	650.000	-	-	650.000	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação		(14.197)	(14.197)	(22.242)		(36.439)		(2.866)	(21.694)		(24.560)
Total de debêntures	84.275	1.808.289	1.892.564	1.836.621	31.796	3.760.981	26.629	310.784	1.407.550	18.629	1.763.592

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

17.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	10/01/2026	Semestral	CDI +1,48% a.a	Bullet	950	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 10ª emissão	500.000	19/05/2023	15/05/2024	15/05/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	500	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora
1ª Série 11ª emissão	650.000	30/06/2023	28/06/2024	28/06/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	650	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperfilamento de dívidas

Debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidadas no semestre findo em 30 de junho de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros		Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06	.2023	31.12.2022		
	R\$	%	R\$	%	
Moeda Nacional					
CDI	2.158.521	57%	222.112	13%	
IPCA	1.602.460	43%	1.541.480	87%	
Total	3.760.981	100%	1.763.592	100%	

17.4. Em 30 de junho de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
2ª Série 5ª emissão	102.101	-	-	-	-	102.101
2ª Série 6ª emissão	-	180.832	-	-	-	180.832
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	-	657.726	657.726
1ª Série 9ª emissão	-	-	950.000	-	-	950.000
(-) Custo de transação	(2.878)	(4.563)	(2.427)	(2.284)	(10.090)	(22.242)
Total a amortizar	99.223	176.269	947.573	(2.284)	647.636	1.868.417

17.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.06.2023
Indexador	%
Moeda Nacional	
CDI	13,65%
IPCA	3,94%

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.6. Movimentações das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	371.330	1.082.623	1.453.953
Captações	-	600.000	600.000
Atualização monetária	-	48.910	48.910
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	53.775	-	53.775
Encargos pagos	(60.087)	-	(60.087)
Marcação a Mercado Dívida	-	27.924	27.924
Transferências	212.274	(212.274)	-
Constituição custo de transação	-	(20.282)	(20.282)
Apropriação custo de transação	1.602		1.602
Saldo em 30 de junho de 2022	403.894	1.526.901	1.930.795
Saldo em 31 de dezembro de 2022	337.413	1.426.179	1.763.592
Captações	1.150.000	950.000	2.100.000
Atualização monetária	34.326	19.128	53.454
Amortizações	(215.000)	-	(215.000)
Encargos provisionados	124.924	-	124.924
Encargos pagos	(67.277)		(67.277)
Marcação a Mercado Dívida	13.167	-	13.167
Transferências	523.733	(523.733)	-
Constituição custo de transação	(12.044)	(3.157)	(15.201)
Apropriação custo de transação	3.322		3.322
Saldo em 30 de junho de 2023	1.892.564	1.868.417	3.760.981

18. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 30 de junho de 2023 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2023	31.12.2022	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	1.591	644	30/09/2024	14	Mensal	de 13,14% a.a até 13,24% a.a
Imóveis	29.250	31.062	30/11/2031	53	Mensal	de 6,72% a.a até 18,38% a.a
Veículos	1.470	5.893	31/10/2024	11	Mensal	de 11,35% a.a até 11,53% a.a
Total	32.311	37.599				
Circulante	6.190	9.959				
Não circulante	26.121	27.640				
	32.311	37.599				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	30.06.2023				
	Principal	Juros	Total		
Até um ano - 2024	10.445	(4.255)	6.190		
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	25.006	(11.442)	13.564		
Até 2 anos - 2025	6.283	(3.345)	2.938		
Até 3 anos - 2026	6.336	(3.217)	3.119		
Até 4 anos - 2027	6.243	(2.721)	3.522		
Até 5 anos - 2028	6.144	(2.159)	3.985		
2029 em diante	15.030	(2.473)	12.557		
Total circulante e não circulante	50.481	(18.170)	32.311		

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional				
	Circulante	Não circulante	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.200	6.386	20.586		
Adições	-	48.506	48.506		
Remensuração	-	1.173	1.173		
Pagamentos de principal	(10.575)	-	(10.575)		
Pagamentos de juros	(966)	-	(966)		
Transferências	14.533	(14.533)	-		
Encargos provisionados	880		880		
Saldo em 30 de junho de 2022	18.072	41.532	59.604		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.959	27.640	37.599		
Remensuração	-	1.390	1.390		
Pagamentos de principal	(6.678)	-	(6.678)		
Pagamentos de juros	(2.438)	-	(2.438)		
Transferências	2.909	(2.909)	-		
Encargos provisionados	2.438		2.438		
Saldo em 30 de junho de 2023	6.190	26.121	32.311		

19. Obrigações fiscais

19.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	30.06.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	34.909
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	-	33.155
Total	-	68.064

 ⁽a) Para o exercício de 2023 a Companhia optou pelo regime de apuração trimestral – vide nota explicativa nº 9.

19.2. Outras obrigações fiscais

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42.362	-	42.362	29.696	-	29.696
Programa de integração social - PIS	9.182	-	9.182	6.342	-	6.342
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	5.985	-	5.985	3.903	-	3.903
Outros tributos e contribuições	445		445	191		191
Subtotal - Federais	57.974	-	57.974	40.132	-	40.132
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	141.684	1.660	143.344	163.057	1.971	165.028
Refis Parcelamento ICMS	581		581	633		633
Subtotal - Estaduais	142.265	1.660	143.925	163.690	1.971	165.661
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	4.032		4.032	3.055	-	3.055
Outros tributos e contribuições	125		125	7		7
Subtotal - Municipais	4.157	-	4.157	3.062	-	3.062
Total outros tributos a pagar	204.396	1.660	206.056	206.884	1.971	208.855

(b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apuração. O saldo em 30 de junho de 2023 de R\$ 141.684 (R\$ 163.057 em 31 de dezembro de 2022), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

20. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa n°26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.06.2023	31.12.2022
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid	27.381	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	63.475	51.745
Programa de Eficiência Energética (PEE)	44.783	39.555
Outros	875	3.349
Total	136.514	94.649
Circulante	99.963	75.156
Não Circulante	36.551	19.493

21. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribuna Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022. Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 873.623 (R\$ 723.724 em 31 de dezembro de 2022).

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de junho de 2023 o montante total compensado acumulado de R\$ 993.286 (R\$ 779.708 em 31 de dezembro de 2022). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 o montante compensado foi de R\$ 257.512 (R\$ 323.717 em 31 de dezembro de 2022).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	30.06.2023	31.12.2022
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante	416.843	429.790
Ativo não circulante	189.508	353.890
Total do Ativo	606.351	783.680
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	416.843	429.790
Passivo não circulante	277.179	378.607
Total do Passivo	694.022	808.397

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.045.642	1.471.603
Atualizações	31.178	31.178
Compensações	(155.917)	-
Outros	(5.804)	(6.312)
Saldo em 30 de junho de 2022	915.099	1.496.469
Saldo em 31 de dezembro de 2022	783.680	808.397
Atualizações	29.201	28.617
Compensações	(257.512)	-
Reclassificação (a)	50.982	6.906
Devolução aos consumidores		(149.898)
Saldo em 30 de junho de 2023	606.351	694.022

a) A Companhia realizou os procedimentos de retificação das obrigações acessórias fiscais para aproveitamento dos créditos tributários, com isso, reclassificou o montante de R\$ 50.982 de Pis e Cofins a recuperar corrente, para Pis e Cofins a recuperar – exclusão ICMS.



Não Circulante

92.816

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefício pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (assistência médica, FGTS e Benefício Definido), estão representados a seguir:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	63.953	25.362	89.315
Custo do serviço corrente	(304)	(19)	130	515	322
sto dos juros líquidos	(13)	(5)	2.880	913	3.775
ntribuições reais do empregador	(34)	(143)	(3.067)	(1.587)	(4.831)
rdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	351	167	(772)	(709)	(963)
Saldo em 30 de junho de 2022		-	63.124	24.494	87.618
Saldo em 31 de dezembro de 2022			66.799	23.591	90.390
Custo do serviço corrente	14	(61)	101	521	575
Custo dos juros líquidos	(5)	(5)	3.297	979	4.266
Contribuições reais do empregador	(25)	(160)	(3.393)	(888)	(4.466)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	16	225	1.470	1.216	2.927
Saldo em 30 de junho de 2023		(1)	68.274	25.419	93.692
				Circulante	876

Despesas reconhecidas no resultado do período:

	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022
usto do serviço corrente	288	576	161	322
Custos dos juros	2.133	4.266	1.888	3.775
tal de despesas	2.421	4.842	2.049	4.097

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2023, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2023, ocasionou um aumento de R\$-2.927 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a`	Ativos	Р	nassivos	atuariais
u	, Alivos	·	passivos	atuariais

	30.06.2023	31.12.2022
Valor presente das obrigações atuariais	1.294.793	1.196.708
Valor justo dos ativos do plano	(1.390.042)	(1.340.151)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	188.941	233.833
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	93.692	90.390
Circulante	876	1.044
Não Circulante	92.816	89.346

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	30.06.2023	31.12.2022
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.196.708	1.256.967
Custo dos serviços correntes	576	644
Custos do serviço passado	-	-
Contribuição de participantes do plano	217	489
Custos dos juros	59.068	113.281
Benefícios pagos pelo plano	(52.521)	(109.902)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	90.746	(64.771)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.294.794	1.196.708

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	30.06.2023	31.12.2022
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.340.151	1.300.234
Rendimento esperado dos ativos do plano	66.973	118.313
Contribuições recebidas de participantes do plano	217	489
Contribuições recebidas do empregador	4.466	10.183
Benefícios pagos pelo plano	(52.520)	(109.902)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	30.756	20.834
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.390.043	1.340.151

d) Movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido, é como segue:

	30.06.2023	31.12.2022
Efeito do teto de ativo não reconhecido no inicio do exercício	233.833	132.583
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	12.171	12.581
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(57.063)	88.669
	188.941	233.833

e) Despesas reconhecidas no resultado dos periodos

	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022
Custo do serviço corrente	288	576	161	322
Custos dos juros	2.133	4.266	1.888	3.775
Total de despesas	2.421	4.842	2.049	4.097

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

Premissas	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,51%	9,46%	9,41%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,51%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não sofreram alteração.

23. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações financeiras trimestrais referente ao período findo em 30 de junho de 2023, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

23.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2022	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2023
Trabalhistas (a)	47.144	4.228	(2.496)	2.267	(1.750)	49.393
Cíveis (b)	149.139	33.177	(17.537)	35.318	(17.859)	182.238
Fiscais	233	13	-	-	(234)	12
Regulatório (c)	33.542	17.511		1.301	(18.014)	34.340
Sub-total	230.058	54.929	(20.033)	38.886	(37.857)	265.983
Outros Provisões (d)	2.152	-	-	-	(1.036)	1.116
Total	232.210	54.929	(20.033)	38.886	(38.893)	267.099

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	35.387	21.738	(9.140)	5.622	(6.462)	47.144
Cíveis (b)	136.829	66.424	(49.291)	32.886	(37.709)	149.139
Fiscais	10	965	-	-	(742)	233
Regulatório (c)	69.129		(5.468)	2.063	(32.182)	33.542
Sub-total	241.355	89.127	(63.899)	40.571	(77.095)	230.058
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(1.835)	2.152
Total	245.342	89.127	(63.899)	40.571	(78.930)	232.210

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Processos regulatórios

Processos regulatórios em fase judicial:

- c.1) Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547.O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2023 corresponde a R\$5.386. que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$4.896, está classificado como perda possível.
- **c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2023 corresponde a R\$2.696.
- c.3) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2023 corresponde a R\$24.766. O processo está em discussão no âmbito judicial. O valor restante de R\$ 1.058, está classificado como perda possível.

Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE - relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em c.4) processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a "Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização" que é similar à Não Conformidade NC.1 do Al da Companhia, deveria ser cancelada visto que "a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento". Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu pareceu que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 30 de junho de 2023 é de R\$ 2.544. Até junho de 2023, a Companhia pagou R\$ 503 referentes às parcelas 2 a 7 do Auto de Infração, sendo R\$ 398 e R\$ 105 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R\$ 75 sobre o saldo do valor principal.

c.5) Auto de infração nº 0001/2023/ARCE referente a fiscalização no tema de Novas Conexões com Necessidade de Obra, emitido pela Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE em abril de 2023, cujo valor final da multa foi de R\$ 17.510. A Companhia optou por realizar o pagamento integral do auto de infração em 22 de abril de 2023.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

23.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.06.2023	31.12.2022
Trabalhistas (a)	129.753	206.571
Cíveis (b)	2.303.804	2.127.028
Fiscais (c)	1.264.248	1.016.538
Juizados especiais	9.080	1.150
Regulatórios	5.973	5.697
Total	3.712.858	3.356.984

a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 46 ações previdenciárias que totalizam R\$ 112.186 em 30 de junho de 2023 (45 ações - R\$ 112.148 em 31 de dezembro de 2022).

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b.1) REVISÃO TARIFÁRIA 2022: Foram ajuizadas ações por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa, alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Companhia no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia. Em todas essas ações, a Companhia argumenta que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, o reajuste aplicado é legítimo. A Companhia apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em junho de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Aguarda-se a prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.2) REVISÃO TARIFÁRIA 2010 –O Ministério Público Federal questionou o contrato bilateral de compra de energia elétrica firmado entre a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S/A (CGTF) e a Companhia Energética do Ceará (COELCE), à época empresas do mesmo grupo econômico, relativamente ao preço alto da energia contratada. Requereu-se a suspensão dos reajustes tarifários realizados desde 2008 e a restituição dos excessos. O juízo de primeira instância acatou em abril de 2014 o pedido de declaração de ilegalidade das receitas auferidas em função da "Parcela A" (parcela não administrável da alíquota, cuja composição foi modificada em 2009), denegando os demais pedidos do Ministério Público, tais como a declaração de ilegalidade do contrato. Tanto a Companhia, quanto a ANEEL interpuseram recursos perante o Tribunal Regional Federal, os quais foram denegados em maio de 2015. O caso foi levado para o STJ e STF. Em dezembro de 2020, o STJ conheceu e negou provimento aos Recursos Especiais, decisão que teve a oposição de embargos de declaração, donde desde então aguarda-se decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.3) IPEDC Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa: O Instituto de Pesquisa Cientifica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais foram concluídos em abril de 2023, cujo laudo pericial demonstrou a validade e solidez do procedimento tarifário da ANEEL. Após manifestação das partes, o processo aguarda prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.4) DPCE Declaração de ilegalidade da cobrança dos TOI's durante a ReN nº 456/2000: A Defensoria Pública do Estado do Ceará requereu a declaração de ilegalidade da cobrança e da suspensão do fornecimento de energia elétrica, através da aplicação de TOI's pela Companhia por ser procedimento ilegal e unilateral, solicitando ainda, a restituição dos valores indevidamente pagos pelos consumidores. Apesar de a ANEEL estar no processo o que deveria levar o caso à justiça federal, o juízo de primeira instância declarou em maio de 2009 serem ilegais todas as cobranças feitas sob os TOI e ordenou o reembolso em dobro dos valores pagos pelos consumidores. Os respectivos recursos de apelação foram interpostos e em outubro de 2019 o TJCE manteve a sentença inalterada. O caso foi levado para o STJ e STF e aguarda decisão do Relator do recurso especial (STJ). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b.5) COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL Revisão do valor pago pelo uso dos ativos de algumas cooperativas: Seis cooperativas rurais de energia elétrica (Coperca, Coerce, Cerbo, Cerca, Cerva e Coperva) mantêm ações judiciais para revisar o valor do aluguel pelo uso dos seus ativos de distribuição de energia elétrica localizados na zona rural. Apesar de a companhia pagar regularmente referido aluguel, a discussão sobre a propriedade desses ativos está pendente de decisão, uma vez que eles são mantidos, ampliados e já teriam sido substituídos pela concessionária ao longo dos quase quarenta anos desses contratos e, quanto aos ativos das cooperativas remanescentes, já se encontram integralmente depreciados, conforme manual de contabilidade da Aneel. Os processos se encontram em etapas processuais diferentes, mas em todos os casos se faz necessária uma perícia em campo; nos casos em que essa prova processual foi realizada, constatou-se a depreciação econômica dos ativos remanescentes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver reajuste do valor atualmente pago e eventual pagamento do retroativo.
- b.6) ENDICON Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, exfornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos do Rio de Janeiro (ENEL RJ) e da Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 e o processo ainda se encontra na fase postulatória, aguardando impulso do juízo para início da fase instrutória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização.
- b.7) MPCE/DECON Indenização coletiva em função de má qualidade no serviço da companhia: O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor DECON/CE alega a má prestação do serviço pela ENEL e descumprimento dos termos do contrato de concessão, pelo que exige que o anúncio da venda do controle da concessionária não resulte na paralisação dos serviços, bem como o pagamento de danos morais. A companhia apresentou sua defesa em fevereiro de 2023 e o MPCE/DECON sua réplica em março de 2023. Após esclarecimentos da ENEL, em maio de 2023 o juízo entendeu pela conexão dessa ação civil pública com as ações contra o reajuste tarifário de 2022 e determinou a remessa dos autos para a Justiça Federal no Ceará. O processo já foi recebido pelo juízo federal e aguarda decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização no montante de R\$ 48.900 em 30 de junho de 2023.

c) Processos fiscais

c1). Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos, totalizam R\$ 1.040.034 em 30 de junho de 2023 (R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022).

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 60.885 e R\$ 5.308 em 30 de junho de 2023 (R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022).

Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP.O valor total atualizado desses autos, em 30 de junho de 2023 é de R\$ 82.262 (R\$ 15.210 em 31 de dezembro de 2022).

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 49.509 em 30 de junho de 2023 (R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

23.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica "Depósitos vinculados", e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
Trabalhistas	19.371	19.010
Cíveis	26.172	24.850
Fiscais	4.358	4.151
Total	49.901	48.011

24. Patrimônio líquido

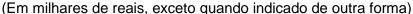
a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.282.347 em 30 de junho de 2023 e R\$ 1.085.347 em 31 de dezembro de 2022. Em 25 de abril de 2023, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 197.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	30.06.2023	31.12.2022
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.





c) Composição acionária

Enel Brasil S.A.
Eletrobrás
Outros
Total de Ações

	Total (em unidad	ies)					
Classe A		Classe B	;	Total (II)	(I) + (II))
10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Reserva de incentivo fiscal f)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

Reserva especial de ágio g)

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº 11.

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

Ganho atuarial em benefícios pós-emprego Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego Ganho (Perda) de instrumentos financeiros derivativos Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos Total

30.06.2023	30.06.2022
-	963
-	(328)
(32.899)	(31.494)
11.186	10.708
(21.713)	(20.151)

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado por ação

26. Receita líquida

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

	01.04.2023 a	01.01.2023 a	01.04.2022 a	01.01.2022 a
	30.06.2023	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2022
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	42.980	91.827	122.279	190.897
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	25.262	53.973	71.871	112.203
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.372	2.932	3.904	6.095
	69.615	148.732	198.054	309.195
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	0,8942	1,9104	2,5439	3,9714
Ação preferencial - Classe A	0,9478	2,0250	2,6965	4,2097
Ação preferencial - Classe B	0,9836	2,1014	2,7982	4,3685

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Notas Explicativas em 30 de junho de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No trimestre

	01.0	4.2023 a 30.06.202	3	01.	22	
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.487.238	2.628.532	888.843	3.359.421	1.205.707	903.252
Industrial	5.742	219.057	240.080	5.885	127.917	234.170
Comercial	182.341	721.431	408.307	180.191	377.237	425.657
Rural	527.780	545.806	178.750	555.595	248.362	182.570
Poder público	35.006	355.294	165.618	31.293	160.025	158.333
Iluminação pública	10.626	292.693	61.902	11.733	163.297	93.704
Serviço público	5.262	126.586	67.381	8.627	75.001	71.526
Suprimento e revenda	2	6.347	251	2	2.946	284
Transferência para atividades de distribuição		_	(992.133)	-		(904.815)
Fornecimento faturado	4.253.997	4.895.746	1.018.999	4.152.747	2.360.492	1.164.681
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	_	(4.953)	-	_	20.954
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	804	1,412,342	127.902	652	684.378	119.442
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	992.133	-	-	904.815
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres		_	(14.154)	_		(8.207)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.254.801	6.308.088	2.119.927	4.153.399	3.044.870	2.201.685
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial		-	177.983	-	-	117.386
Subvenção baixa renda		-	100.743	-		68.361
Subvenção de recursos da CDE		-	34.701	-		53.291
Receita de construção		_	323.919	-		419.582
Venda de Energia Excedente - MVE		_	8.462	-		21.708
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)		_	149.932	_		111.847
Outras receitas		-	47.794	-		41.558
Total outras receitas			843.534			833.733
Receita operacional bruta	4.254.801	6.308.088	2.963.461	4.153.399	3.044.870	3.035.418
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS		-	(396.405)	-		(533.477)
COFINS - corrente	_	_	(181.135)	-	_	(152.669)
PIS - corrente		_	(39.325)	_		(33.145)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE		_	(16.446)	-	-	(15.530)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	_	-	(183.566)	_	_	(141.442)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	434	-		(44.573)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.623)	-		(2.690)
ISS			(1.689)			(1.633)
Total das deduções da receita operacional bruta			(820.755)			(925.159)
Receita operacional líquida	4.254.801	6.308.088	2.142.706	4.153.399	3.044.870	2.110.259
	7.207.001	0.000.000	2.172.700	7.100.000	0.077.070	2.110.200



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) No semestre

	01.01.2023 a 30.06.2023			01.	01.2022 a 30.06.202	2
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.487.238	2.628.532	1.325.857	3.359.421	2.464.058	1.480.794
Industrial	5.742	219.057	461.934	5.885	252.987	452.707
Comercial	182.341	721.431	797.560	180.191	766.915	854.801
Rural	527.780	545.806	367.510	555.595	541.738	385.162
Poder público	35.006	355.294	310.861	31.293	311.348	312.209
Iluminação pública	10.626	292.693	111.012	11.733	324.533	199.634
Serviço público	5.262	126.586	130.705	8.627	153.279	143.413
Suprimento e revenda	2	6.347	559	2	5.877	552
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.914.122)	-	-	(1.707.336)
Fornecimento faturado	4.253.997	4.895.746	1.591.876	4.152.747	4.820.735	2.121.936
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	442.779	-	-	391.444
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	804	1.412.342	250.144	652	1.327.923	219.457
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.914.122	-	-	1.707.336
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(27.149)	-	-	(19.122)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.254.801	6.308.088	4.171.772	4.153.399	6.148.658	4.421.051
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial		_	320.803	_	_	499.246
Subvenção baixa renda			192.185			120.799
Subvenção de recursos da CDE		_	104.899	_	_	114.977
Receita de construção			757.238			823.766
Venda de Energia Excedente - MVE		_	17.091	_	_	36.558
Atualização do ativo financeiro da concessão			265.482		-	194.966
Outras receitas	-	-	94.283	-	-	82.782
Total outras receitas	-	-	1.751.981	-	-	1.873.094
Receita operacional bruta	4.254.801	6.308.088	5.923.753	4.153.399	6.148.658	6.294.145
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(767.871)			(1.081.486)
COFINS - corrente	•	•	(339.232)	-	-	(325.245)
PIS - corrente	•	•	(339.232)	-	-	(325.245)
	•	-	(33.012)	-	-	(30.743)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(330.332)	-	-	(30.743)
5	-	-	(330.332)	-	-	, ,
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-		-	-	(349.430)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(5.314)	-	-	(4.949)
ISS			(3.374)			(3.388)
Total das deduções da receita operacional bruta			(1.552.040)			(2.151.051)
Receita operacional líquida	4.254.801	6.308.088	4.371.713	4.153.399	6.148.658	4.143.094

27. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

a) No trimestre

	01.04.2023 a 30.06.2023					01.04.2022 a 30.06.2022						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(38.703)		(13.036)	-		(51.739)	(33.591)		(9.195)			(42.786)
Material	(10.281)		(963)			(11.244)	(11.297)	-	2.766			(8.531)
Serviços de terceiros	(171.145)	(5.286)	(18.039)			(194.470)	(157.490)	(2.390)	(13.453)		-	(173.333)
Energia elétrica comprada para revenda	(847.542)					(847.542)	(800.637)	-			-	(800.637)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(205.403)				-	(205.403)	(148.121)	-			-	(148.121)
Depreciação e amortização	(121.618)		(3.652)			(125.270)	(96.603)	-	(10.045)		-	(106.648)
Custo na desativação de bens	2.350				-	2.350	(86)	-			-	(86)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa				(45.982)		(45.982)	-	-		(35.731)	-	(35.731)
Perda de recebíveis de clientes				(6.190)	-	(6.190)	-	-		9.011	-	9.011
Custo de construção	(323.919)		-		-	(323.919)	(419.582)	-	-	-	-	(419.582)
Provisão para processos judiciais e outros			(24.651)			(24.651)	-	-	(14.372)		-	(14.372)
Outras despesas operacionais	(8.386)		(8.590)		(468)	(17.444)	(17.820)	-	(5.156)		(205)	(23.181)
Receita de multas por impontualidade de clientes					16.159	16.159	-	-			17.071	17.071
Outras receitas operacionais					986	986	-	-			1.738	1.738
Subtotal	(1.724.647)	(5.286)	(68.931)	(52.172)	16.677	(1.834.359)	(1.685.227)	(2.390)	(49.455)	(26.720)	18.604	(1.745.188)

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) No semestre

	01.01.2023 a 30.06.2023								01.01.2022 a	30.06.2022		
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperavel	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperavel	Outras	Total
Pessoal	(65.621)		(27.530)			(93.151)	(66.235)		(20.863)			(87.098)
Material	(32.854)	-	(1.207)			(34.061)	(23.838)	-	4.871		-	(18.967)
Serviços de terceiros	(345.696)	(6.650)	(24.916)			(377.262)	(287.625)	(4.293)	(32.391)		-	(324.309)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.668.279)	-				(1.668.279)	(1.624.471)	-				(1.624.471)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(413.387)					(413.387)	(353.263)	-			-	(353.263)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		-				-	-	-				
Depreciação e amortização	(237.040)	-	(9.203)			(246.243)	(175.223)	-	(13.938)			(189.161)
Custo na desativação de bens	(5.047)	-				(5.047)	768	-				768
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa				(96.051)		(96.051)		-		(72.504)	-	(72.504)
Perda de recebíveis de clientes		-		(11.622)		(11.622)		-		(9.692)	-	(9.692)
Custo de construção	(757.238)	-				(757.238)	(823.766)	-			-	(823.766)
Provisão para processos judiciais e outros riscos			(33.229)		-	(33.229)		-	(14.163)		-	(14.163)
Outras despesas operacionais	(28.532)		(22.550)		(681)	(51.763)	(32.144)		(12.972)		(285)	(45.401)
Receita de multas por impontualidade de clientes	,	-			32.912	32.912		-			51.731	51.731
Outras receitas operacionais		-	-		1.257	1.257	-				3.827	3.827
Subtotal	(3.553.694)	(6.650)	(118.635)	(107.673)	33.488	(3.753.164)	(3.385.797)	(4.293)	(89.456)	(82.196)	55.273	(3.506.469)

27.1. Custo do serviço de energia elétrica

a) Energia elétrica comprada para revenda

Custo com energia elétrica comprada para revenda	01.01.2023 a 30.06.2023	01.01.2022 a 30.06.2022
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	(800.049)	(841.572)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(68.237)	(90.594)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(608.906)	(503.494)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(68.168)	(80.618)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(69.276)	(69.960)
Cotas de garantia física	(184.545)	(172.077)
Risco Hidrológico	(4.229)	(13.627)
Outros	(21.518)	(8.341)
(-) Crédito de PIS e COFINS	156.649	155.812
Subtotal	(1.668.279)	(1.624.471)

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

Encargo de uso do sistema de transmissão	01.01.2023 a 30.06.2023	01.01.2022 a 30.06.2022
Rede básica	(283.136)	(208.782)
Encargos de conexão	(23.862)	(24.453)
(-) Crédito de PIS e COFINS	43.120	73.045
Encargo do serviço do sistema - ESS/EER	(149.509)	(193.073)
Total	(413.387)	(353.263)

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	6.455	19.429	5.602	10.513
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	16.479	33.774	21.027	22.268
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(2.245)	41.043	59.803	98.965
Marcação a mercado da dívida	7.289	14.184	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	1.191	7.108	996	996
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	2.121	-	-
Juros fundo de pensão	5	10	8	17
Outras receitas financeiras	1.700	4.850	2.293	8.689
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.115)	(4.668)	(4.357)	(6.653)
Subtotal	29.759	117.851	85.372	134.795
Despesas financeiras				
Variação monetária de dívidas	(3.805)	(7.925)	(9.403)	(15.856)
Variação monetária de debêntures	(18.924)	(53.454)	(28.553)	(48.910)
Encargos de dívidas	(45.126)	(85.573)	(40.285)	(76.655)
Juros debêntures	(65.922)	(124.924)	(27.839)	(53.775)
Encargos fundo de pensão	(2.138)	(4.276)	(1.896)	(3.792)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(5.810)	(46.797)	(8.213)	(39.812)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(25.606)	(38.886)	(14.656)	(19.873)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(6.261)	(12.035)	(27.925)	(27.925)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(37.619)	(83.640)	(37.292)	(64.467)
Dívida - Marcação a mercado	(7.520)	(13.167)	-	-
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	20	48	50	106
Atualizações de impostos	(1.852)	(9.593)	(1.317)	(2.261)
Atualização P&D/PEE	(695)	(1.563)	(906)	(1.809)
IOF/IOC	(2.358)	(3.015)	(2.304)	(7.601)
Apropriação custo de transação	(1.923)	(3.322)	(888)	(1.602)
Comissão de fiança e seguro garantia	(1.359)	(2.213)	(1.655)	(2.293)
Juros em arrendamento	(1.171)	(2.438)	(401)	(879)
Outras despesas financeiras	(5.441)	(18.943)	(6.033)	(10.409)
Subtotal	(233.510)	(511.716)	(209.516)	(377.813)
Variações cambiais líquidas	00.004	400.004	(440, 400)	74.007
Variação cambial de dívidas Variações cambiais de instrumentos financeiros	80.904 (79.601)	109.084 (108.675)	(119.429) 118.029	71.987 (71.049)
,	,	,		,
Variações cambiais de outras operações Subtotal	<u>(264)</u>	605 1.014	4.105 2.705	2.885
Subtotal	1.039	1.014	2.705	2.000
Total do resultado financeiro	(202.712)	(392.851)	(121.439)	(240.133)

29. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

a) No trimestre

	01.04.2023 a	30.06.2023	01.04.2022 a	30.06.2022
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(1.456)	(524)	(2.470)	(30)
Diferidos	(25.029)	(9.011)	(35.332)	(13.800)
Incentivo fiscal	<u> </u>	-	6.054	
Total	(26.485)	(9.535)	(31.748)	(13.830)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	105.635	105.635	243.631	243.631
Adições:				
Gratificação a administradores	186	186	4.652	4.652
Doações	140	140	180	180
Perdão de Dívida Indedutível	(2)	(2)	152	152
Outras despesas indedutíveis	(7)	(7)	(33)	(33)
Juros sob capital Próprio (JSCP)	<u> </u>	<u> </u>	(95.000)	(95.000)
Total das adições	317	317	(90.049)	(90.049)
Base de cálculo	105.952	105.952	153.582	153.582
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(26.482)	(9.536)	(38.390)	(13.822)
Incentivos fiscais	-	-	6.633	-
Ajustes de períodos anteriores	(24)	-	(3)	-
Total da despesa com tributos	(26.506)	(9.536)	(31.760)	(13.822)
Alíquota efetiva	25,07%	9,03%	13,03%	5,68%



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) No semestre

	01.01.2023 a	30.06.2023	01.01.2022	30.06.2022
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(1.456)	(524)	(74.851)	(27.181)
Diferidos	(55.137)	(19.849)	(2.500)	(879)
Incentivo fiscal		-	18.114	
Total	(56.593)	(20.373)	(59.237)	(28.060)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos Adições:	225.698	225.698	396.492	396.492
Gratificação a administradores	441	441	10.079	10.079
Doações	242	242	180	180
Perdão de Dívida Indedutível	(2)	(2)	(49)	(49)
Outras despesas indedutíveis	(7)	(7)	(9)	(9)
Juros sob capital Próprio (JSCP)	<u> </u>	-	(95.000)	(95.000)
Total das adições	674	674	(84.799)	(84.799)
Base de cálculo	226.372	226.372	311.693	311.693
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(56.581)	(20.373)	(77.911)	(28.052)
Incentivos fiscais	-	-	18.693	-
Ajustes de períodos anteriores	(24)	-	(27)	-
Total da despesa com tributos	(56.605)	(20.373)	(59.245)	(28.052)
Alíquota efetiva	25,07%	9,03%	14,94%	7,08%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balanços Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Tributos diferidos ativos:						
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	163.797	-	163.797	_	_	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	90.434	78.220	12.214	(6.469)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	64.765	214.417	(149.652)	27.947	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	61.577	60.582	995	_	995	(328)
Instrumentos financeiros derivativos - PL	27.638	45.222	(22.636)	27.979	4.058	11.743
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.022	698	324	1.177	-	-
Outras provisões	50.825	41.879	8.946	6.537	-	-
Total dos diferidos ativos	461.863	442.823	13.988	57.171	5.053	11.415
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.373)	(1.392)	19	21	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(455.214)	(361,233)	(93.981)	(66.323)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	5.809	2.092	3.717	8	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	44	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(1.271)	1.271	5.701	-	-
Total dos diferidos passivos	(450.778)	(361.804)	(88.974)	(60.549)	-	-
Ativo fiscal diferido, líquido	11.085	81.019				
-			(74.986)	(3.378)	5.053	11.415
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	-		
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribui	ção social diferi	dos	(74.986)	(3.378)		

(c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o período findo em 30 de junho de 2023, a empresa apurou prejuízo fiscal e não houve reconhecimento de benefício fiscal (R\$ 78.982 reconhecido em 31 de dezembro de 2022) no patrimônio líquido como reservas de incentivos fiscais.

30. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

30.1. Controladora (Enel Brasil)

		30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	30.06.2022
Parte relacionada	Vigência	Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
	Marra da 2000 a Marra da				
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(81.692)	(74.589)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(139.001)	(84.852)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(17.754)	(167.456)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(475)	(1.401)		(261)
Mútuo	Julho de 2022 a abril de 2023	(289.628)	(150.775)	(28.771)	(14.146)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(16.820)	(28.532)	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIO	NADAS	(545.370)	(507.605)	(28.771)	(14.407)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Notas Explicativas em 30 de junho de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30.2. Empresas em controle comum

		30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(65.215)	(66.799)		-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(65.215)	(66.799)	-	-
Comissão		-	-	-	848
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023		-	-	848
Prestação de serviços de desenvolvimento		(1.668)	(230)	489	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(1.668)	(230)	489	-
Multa contratual		(106)	-	-	(206)
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(106)			(206)
Suprimento de energia - CCEAR		(2.695)	(814)	(14.125)	(1.132.475)
ENEL Green Power Projetos I S.A.	~	(829)	-	(5.055)	(9.438)
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	-	-	(1.116.726)
ENEL Green Power Paranapanema		(97)	(100)	(589)	(1.140)
ENEL Green Power Mourão		(27)	(28)	(166)	(328)
EGP Santa Angela 04		(45)		(300)	-
EGP Santa Angela 19		(57)	-	(275)	-
EGP Santa Esperança 13 EGP Santa Angela 05	*	(44)		(198)	-
EGP Santa Angela 05 EGP Santa Angela 08		(66) (60)		(290)	-
EGP Santa Angela 03		(66)		(314)	
EGP Santa Angela 11		(54)		(258)	
EGP Santa Angela 07		(48)		(230)	_
EGP Santa Angela 06	_	(67)	_	(321)	_
EGP Santa Angela 15		(63)	-	(301)	-
EGP Santa Angela 14	Até o final da concessão	(57)	-	(271)	-
EGP Santa Angela 09	Ate o final da concessão	(59)	-	(284)	-
EGP Santa Angela 17		(62)	_	(296)	-
EGP Santa Angela 21	~	(57)		(272)	-
EGP Santa Angela 1		(65)		(309)	-
EGP Santa Angela 2		(67)	-	(320)	-
EGP Santa Angela 10		(57)	-	(273)	-
EGP Santa Angela 20	*	(65)		(309)	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A. EGP Santa Esperança 15		(63) (43)	-	(294) (195)	-
EGP Santa Esperança 17		(40)		(184)	-
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	*	(90)	(119)	(408)	(799)
ENEL Green Power Fazenda S.A.	*	(49)	(70)	(273)	(535)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.	~	(148)	(196)	(673)	(1.318)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	*	(130)	(156)	(596)	(1.136)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(120)	(145)	(553)	(1.055)
Encargo de uso do sistema de transmissão		37	(343)	(1.103)	(4.088)
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	37	(343)	(1.103)	(4.088)
Consumo Próprio ENEL Geração Fortaleza - CGTF *	Até o final da concessão	<u> </u>		<u>-</u>	64
Mútuo		(526.997)	(801.543)	(10.291)	(80.910)
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(526.997)	(526.661)	(10.291)	(76.630)
ENEL Finance International N.V. II	dezembro de 2022 a junho de 2023	-	(274.882)	-	(4.280)
Reembolso expatriados		(846)	(1.281)	327	(381)
ENEL SPA		731	670	61	-
Enel Colombia S.A. E.S.P		(75)	(82)	-	-
ENEL Itália	Até o final da concessão	(95)	(102)	-	(122)
ENEL AMERICAS		(535)	(586)	51	32
Enel Global Services S.r.l.		458	200	257	200
Enel Grids S.r.l.		(1.330)	(1.381)	(42)	(491)
Venda de ativo imobilizado ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dozembro do 2022	(9.977)	<u> </u>	<u> </u>	-
Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e	Dezembro de 2023	(9.977)			
projeto telemando LATAM		(750)	(803)	-	-
Enel Iberia SRL Compartilhamento de Recursos Humanos e		(750)	(803)	<u> </u>	-
Infraestrutura		(10.222)	(9.533)	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(7.715)	(7.052)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	819	845	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	*	(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	(0.4.700)	- (4.047.440)
	() Dane# : ! ! .	(618.439)	(881.346)	(24.703)	(1.217.148)
TOTAL DE BARTES DEL AGIO	(-) Benefícios pós-emprego	65.215	66.799	(04.700)	(4.047.440)
TOTAL DE PARTES RELACIO	CAUANI	(553.224)	(814.547)	(24.703)	(1.217.148)



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.
- (**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Suprimento de energia - CCEAR e Sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão..

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.

Abaixo o quadro com o resumo dos saldos de empréstimos com partes relacionadas:

Empréstimos com partes relacionadas Enel Finance International N.V. I Mútuos Enel BR Enel Finance International N.V. II Total de Empréstimos com partes relacionadas

	30.06.2023				
Circu	ılante	Não	Circu	Não	
Encargo	Principal	circulante	Encargo Principal		circulante
6.799	-	500.000	453	274.429	-
624	101.162	-	-	150.775	-
702	273.180		26.661		500.000
8.125	374.342	500.000	27.114	425.204	500.000

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)
Total

01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022
809	1.821	(401)	2.317
17	34	17	33
187	372	219	219
1.013	2.227	(165)	2.569

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

31.1. Instrumentos financeiros

31.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		i	30.06.	2023	31.12.	2022
Rúbrica	Categoria	Nível*	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo	,					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	658.243	658.243	182.558	182.558
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	92.344	92.344	86.900	86.900
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	18.595	18.595	31.969	31.969
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	1.973.256	1.973.256	1.876.431	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	-	-	30.022	30.022
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	(9.887)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	27.501	27.501	-	-
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	5.581.459	5.581.459	4.939.453	4.939.453
Total do ativo			8.351.398	8.341.511	7.147.333	7.147.333
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.048.681	839.067	936.194	903.395
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	3.098.294	1.976.360	1.135.544	1.160.104
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	662.687	662.687	628.048	628.048
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	827.157	1.060.546	1.585.760	1.468.537
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a merca	Valor justo por meio de resultado	2	334.291	334.294	373.566	373.566
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	137.303	137.302	81.786	81.786
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	56.067	56.067	21.963	21.963
Arrendamentos	Custo amortizado	2	32.311	32.311	37.599	37.599
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	26.209	26.209	186.130	186.130
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.336.101	1.336.101	1.374.767	1.374.767
Total do passivo			7.559.101	6.460.944	6.361.357	6.235.895

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agencias de riscos) com "*expertise*" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2023 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP II	01/04/2021	28/03/2024	Cashflow Hedge USD + 2,14%	CDI + 1,18%	135.000
Scotiabank IV	16/07/2021	17/07/2023	Cashflow Hedge USD + 1,51%	CDI + 1,25%	210.000
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge D SOFR + 0,905	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300
Efeito no resultado financeiro	(135.516)
Marcação a mercado no resultado	996
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(34.539)
Recebimento de principal	22.816
Recebimento de Juros	40.441
Saldos em 30 de junho de 2022	(98.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(103.749)
Efeito no resultado financeiro	(192.315)
Marcação a mercado no resultado	(2.806)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(11.934)
Recebimento de juros	132.654
Pagamento de juros	(21.214)
Recebimento de principal	33.495_
Saldos em 30 de junho de 2023	(165.869)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 30 de junho de 2023 estão dispostos abaixo:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
BNP II	(31.473)	(25.171)	(6.303)	-
Scotiabank IV	(29.404)	(27.203)	(2.201)	-
Sumitomo	(61.209)	(42.212)	(18.996)	-
Citibank	(15.216)	(9.817)	(5.399)	-
Itaú I (8ª Debêntures)	6.867	6.697	-	6.697
Itaú II (8ª Debêntures)	5.150	5.023	-	5.023
BTG Pactual (8 ^a Debêntures)	9.661	8.388	-	8.388
Scotiabank V	(31.490)	(19.320)	-	(19.320)
Scotiabank VI	(18.756)	(12.922)	-	(12.922)
	(165.870)	(116.537)	(32.899)	(12.134)

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2023.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Posição em 30.06.2023	
Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
BNP II	USD + 2,14%	114.704	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,14%	(108.883)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,18%	140.356	Cashflow hedge
		31.473	
Scotiabank IV	USD + 1,51%	196.316	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,51%	(190.482)	3
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	219.887	Cashflow hedge
		29.405	
Sumitomo	USD + 2,1257%	243.981	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(225.998)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	287.207	Cashflow hedge
		61.209	
Citibank	USD SOFR + 0,9059%	272.156	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(221.237)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	236.453	Cashflow hedge
		15.216	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	662.687	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(187.917)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	181.050	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(140.938)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	135.788	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%		Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	237.340	Fair value hedge
		(21.679)	
Scotiabank V	USD + 5,45%	217.452	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(213.802)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%		Fair value hedge
		31.490	
Scotiabank V	USD + 5,45%	116.841	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(114.880)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	133.636	Fair value hedge
		18.756	

31.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

31.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Por fim, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável à todas as empresas do Grupo Enel dentro do perímetro da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo a nível local, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; compliance; operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos Brasil possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto financeiro dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Proprietários do Risco ("Risk Owners").

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2023 é:

	Nota	30.06.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	658.243	182.558
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	92.344	86.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	1.973.256	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	-	30.022
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	4.939.453	4.939.453
Total de exposição		7.663.296	7.115.364

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de junho de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliárias e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2023	31.12.2022
AAA	347.007	226.935
AA+	399.259	17.249
Total geral	746.266	244.184

	Instrumentos Financeiros Derivativos	30.06.2023	31.12.2022
AA-		(165.869)	(103.749)
Total geral		(165.869)	(103.749)

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.06.2023	31.12.2022
2.210.129	2.895.520
3.760.981	1.763.592
165.869	103.749
6.136.979	4.762.861
(658.243)	(182.558)
(92.344)	(86.900)
5.386.392	4.493.403
4.095.826	3.956.902
57%	53%
	2.210.129 3.760.981 165.869 6.136.979 (658.243) (92.344) 5.386.392 4.095.826

O índice de endividamento em 30 de junho de 2023 é de 55% (53% em 31 de dezembro de 2022), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 30 de junho de 2023 é de R\$ 100.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
-	-	-	-	-	-
196.439	7.262	132.803	619.604	-	956.108
3.819	16.776	43.837	479.041	76	543.549
66.844	(2.141)	2.119.200	1.625.832	783.510	4.593.245
292.994	42.462	36.423	560.579	-	932.458
560.096	64.359	2.332.263	3.285.056	783.586	7.025.360
	196.439 3.819 66.844 292.994	meses 196.439 7.262 3.819 16.776 66.844 (2.141) 292.994 42.462	Menos de um mes meses um ano	Menos de um mes meses um ano anos 196.439 7.262 132.803 619.604 3.819 16.776 43.837 479.041 66.844 (2.141) 2.119.200 1.625.832 292.994 42.462 36.423 560.579	Menos de um mes um ano anos 196.439 7.262 132.803 619.604 - 3.819 16.776 43.837 479.041 76 66.844 (2.141) 2.119.200 1.625.832 783.510 292.994 42.462 36.423 560.579 -

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de junho de 2023						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	28.447	30.098	122.384	201.707	16.113	398.749
Total	28.447	30.098	122.384	201.707	16.113	398.749

b.4) Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2023, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 30 de junho de 2023, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2023	%	31.12.2022	%
Selic	231	0,17%	248	0,10%
CDI	746.035	99,83%	243.936	99,90%
Total	746.266	100,00%	244.184	100,00%
Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2023	%	31.12.2022	%
Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2023 5.581.459	% 100,00%	31.12.2022 4.939.453	% 100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2023	%	31.12.2022	%
Taxa fixa	(1.189)	-0,02%	30.151	0,63%
TJLP	301	0,00%	668	0,01%
CDI	4.806.480	78,32%	3.530.976	74,14%
IPCA	1.280.468	20,86%	1.194.017	25,07%
Libor	-	0,00%	6.024	0,13%
USD SOFR	50.919	0,83%	4.155	0,09%
EURIBOR 3M	-	0,00%	(3.130)	-0,07%
Total	6.136.979	100,00%	4.762.861	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2023 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Base	Cenários projetados - Jun.2023		n.2023
Ativos (Passivos)	Risco	30.06.2023	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	249	-	-	-
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	148.215	173	130	87
Ativo financeiro indenizável	Redução do IPCA	5.581.459	233.131	174.848	116.566
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	1.817.008	208.493	253.091	296.577
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(575.857)	(60.393)	(66.631)	(72.807)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(854.045)	7.258	(139.505)	(261.462)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(221.237)	(19.107)	(23.260)	(27.413)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da EURIBOR	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(36.439)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	889.295	(7.860)	145.299	272.571
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	302	23	28	33
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	2.989.471	362.471	438.143	511.928
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.856.328	170.197	189.276	208.166
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	272.153	19.107	23.260	27.413
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	-	<u> </u>		
			913.493	994.679	1.071.659

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido nas notas explicativas nº. 16 e 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

		Cenário + 25%		Cenário	+ 50%
Contrato	Provável	Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131 II - COELCE	(3.527)	15.783	19.310	31.830	35.357
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	3.348	(14.982)	(18.330)	(30.214)	(33.562)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	14.185	17.208	3.023	20.154	5.969
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	(969)	2.698	3.667	5.745	6.714
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	940	(2.618)	(3.558)	(5.574)	(6.514)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	2.587	3.136	549	3.671	1.084
Sumitomo 4131 - COELCE	(5.935)	48.906	54.841	94.478	100.413
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	5.497	(45.302)	(50.799)	(87.514)	(93.011)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	37.804	45.892	8.088	53.779	15.975
CITIBANK 4131 - COELCE	19.107	23.260	4.153	27.413	8.306
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(19.107)	(23.260)	(4.153)	(27.413)	(8.306)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	31.241	37.901	6.660	44.394	13.153
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	69.499	76.677	7.178	83.785	14.286
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(19.708)	(21.743)	(2.035)	(23.759)	(4.051)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	23.305	28.403	5.098	33.373	10.068
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(14.781)	(16.307)	(1.526)	(17.819)	(3.038)
DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	17.479	21.302	3.823	25.030	7.551
DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL P/	(25.904)	(28.580)	(2.676)	(31.229)	(5.325)
DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PF	30.432	37.114	6.682	43.630	13.198
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	1.671	50.680	49.009	91.404	89.733
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(1.643)	(49.829)	(48.186)	(89.870)	(88.227)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	33.510	40.421	6.911	47.160	13.650
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	898	27.231	26.333	49.113	48.215
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(883)	(26.774)	(25.891)	(48.289)	(47.406)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	17.950	21.714	3.764	25.385	7.435
EFI II - Credit Agreement	-	-	-	-	-
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PA	-	-	-	-	-
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PP		-	-	-	-
Total	216.996	268.931	51.935	318.663	101.667

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 30 de junho de 2023, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2023 (em reais).

	30.06.2023
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	1.161.448
Exposição patrimonial	1.161.448
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.075.282)
Exposição líquida	86.166

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

PÁGINA: 100 de 106

enei

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

PÁGINA: 101 de 106

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.062.620 em 2023, R\$ 2.544.240 em 2024, R\$ 2.514.428 em 2025, R\$ 2.428.153 em 2026, R\$ 2.373.684 em 2027 e R\$ 44.846.910 após 2027.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período findo em 30 de junho de 2023 que foram homologados pela ANEEL.

33. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

		Data de	vigência		
Bens Segurados	Riscos	De	Até	Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	6.946.262	5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	-	104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	-	77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	103.723
-	Riscos frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

34. Informações complementares às informações financeiras dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.06.2023	30.06.2022
Compensações de PIS e COFINS (nota 21)	(257.512)	(155.917)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

PÁGINA: 102 de 106

enel

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2023	30.06.2022
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(147.461)	(128.152)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(48)	(106)
	(147.509)	(128.258)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa		Nota explicativa		
Demonstrações do fluxo de caixa	30.06.2023	30.06.2022	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de Debêntures	2.100.000	-	17	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	890.976	1.636.177	16	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(1.681.366)	(1.054.000)	16	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(6.678)	(10.575)	18	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(132.654)	(22.816)	31	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	- '	(2.991)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(167.456)	- 1		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.002.822	545.795		

PÁGINA: 103 de 106

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - COELCE Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará

– COELCE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acíma referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2023

PÁGINA: 104 de 106

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001 -70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de 30 de junho de 2023.

Fortaleza, 25 de julho de 2023.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro
Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville
Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade
Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Regulação - vago
Diretor de Compras - vago

PÁGINA: 105 de 106

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001 -70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de 30 de junho de 2023.

Fortaleza, 25 de julho de 2023.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro
Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville
Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade
Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Regulação - vago
Diretor de Compras - vago

PÁGINA: 106 de 106